

Autor  
Rafael Rossi

# ESPAÇO GEOGRÁFICO: ENSINO E CRÍTICA



 editora  
**UFMS**



**Autor**  
**Rafael Rossi**

**ESPAÇO  
GEOGRÁFICO:  
ENSINO  
E CRÍTICA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

RESOLUÇÃO Nº 45-COED/AGECOM/UFMS,

DE 09 DE JUNHO DE 2021.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Ana Rita Coimbra Mota-Castro

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Regina Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Cristiano Costa Argemon Vieira

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabete Aparecida Marques

Geraldo Alves Damasceno Junior

Marcelo Fernandes Pereira

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Vladimir Oliveira da Silveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)**

---

Rossi, Rafael.

Espaço geográfico [recurso eletrônico] : ensino e crítica / autor: Rafael Rossi. –  
Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2021.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-86943-65-8

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Geografia – Metodologia. 3. Geografia e  
sociedade. I. Rossi, Rafael.

CDD (23) 910.7

**Autor**  
**Rafael Rossi**

**ESPAÇO**  
**GEOGRÁFICO:**  
**ENSINO**  
**E CRÍTICA**

CAMPO GRANDE - MS  
2021

 **editora**  
**UFMS**

© do autor:  
Rafael Rossi

1ª edição: 2021

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica  
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão  
A revisão linguística e ortográfica  
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos  
para esta edição



**Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS**

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Fone: (67) 3345-7203  
e-mail: [sedit.agecom@ufms.br](mailto:sedit.agecom@ufms.br)

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-65-8

**Versão digital: junho de 2021**

*“Todos os homens, por natureza, tendem ao saber.”  
Aristóteles, Livro Primeiro da “Metafísica”*

*“Nada mais fácil que julgar o que tem conteúdo e solidez;  
apreendê-lo é mais difícil; e o que há de mais difícil  
é produzir sua exposição, que unifica a ambos. [...]”  
O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a  
essência que se implementa através de seu desenvolvimento.”  
G. W. F. Hegel, “Fenomenologia do Espírito”.*

*“[...] os processos parciais só são compreensíveis  
como partes do organismo complexo. [...] a verdade é concreta.”  
G. Lukács em entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz.*

# SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>PREFÁCIO .....</b>   | <b>7</b>   |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b>  |
| <b>CAPÍTULO 01 - GEOGRAFIA E REPRODUÇÃO SOCIAL.....</b>                               | <b>14</b>  |
| <b>CAPÍTULO 02 - ESPAÇO GEOGRÁFICO E EDUCAÇÃO .....</b>                               | <b>36</b>  |
| <b>CAPÍTULO 03 - ESPAÇO E TERRITÓRIO:<br/>UM DESAFIO AO ENSINO.....</b>               | <b>55</b>  |
| <b>CAPÍTULO 04 - EM DEFESA DO REALISMO<br/>NO ENSINO DE GEOGRAFIA.....</b>            | <b>70</b>  |
| <b>CAPÍTULO 05 - ESPAÇO, TOTALIDADE E MÉTODO.....</b>                                 | <b>85</b>  |
| <b>CAPÍTULO 06 - ENSINO DE GEOGRAFIA E O<br/>CONTROLE SOCIAL DOS TERRITÓRIOS.....</b> | <b>100</b> |

# PREFÁCIO

Rafael Rossi, neste livro, apresenta um debate sobre o ensino crítico da Geografia e estabelece conexão entre questões de Método que envolvem esta ciência e o seu enfrentamento ou importância na prática do ensino de Geografia.

Desse modo, o Pensamento Geográfico e, em específico, a Metodologia da Geografia encontram-se com a Metodologia do Ensino de Geografia e, num espectro mais amplo, com a ideia de Educação libertária e crítica.

Esta obra, por isso, expressa preocupação com a formação mais ampla do Professor de Geografia, tomando-o como intelectual que deve se usar das ferramentas do Conhecimento para situar-se na prática docente, desvelando-a e demonstrando que esta prática deve ser, também, prática filosófica, na acepção mais profunda do termo.

Organizada em seis capítulos que guardam coerência entre si, conformando o título do livro, Espaço Geográfico: Ensino e Crítica, pode também ser lida em outra ordem e, ainda, tomando-se cada uma de suas seções principais como tema em si, o que é facilitado pelo esforço em se apresentar, ao final e para cada qual, considerações e referências.

Se o tema central da obra, que é também seu título, indica organicidade, é a leitura do pensamento de Georg Lukács feita por Rossi que estabelece, de fato, o amálgama entre seus capítulos.

Autor de leitura complexa, Lukács sustenta o pensamento e os argumentos de Rossi, de modo que se estabelece uma transposição do pensamento daquele por este, o que indica uma qualidade deste livro: é convite a outras leituras e a outros pensares.

No primeiro capítulo, *Geografia e Reprodução Social*, o autor estabelece um diálogo que incorpora os fundamentos da interpretação de Lukács do Marxismo, desde um reposicionamento da ontologia, com a obra de Milton Santos e, deste diálogo primeiro, chama o professor de Geografia ao enfrentamento ou à lida de questões fundamentais ao ensino de Geografia.

No capítulo seguinte, *Espaço Geográfico e Educação*, os vínculos feitos entre aqueles dois autores mantém-se, e o foco recai sobre a crítica ontológica, de matriz lukacsiana, e sua interpretação desde a retomada do Espaço como produto e dimensão da existência do Homem, feita por Milton Santos, a quem também coube uma ontologia do espaço. Essa interpretação é, então, vinculada ao papel que a Educação tem nessa prática, desta vez, estabelecendo-se um diálogo com a obra de Dermeval Saviani.

A dialética entre trabalho, espaço e território é o cerne do terceiro capítulo, *Espaço e Território: Um Desafio ao Ensino*. Dois conceitos fundantes da Geografia são postos à análise desde e a categoria Trabalho para, em seguida, ensaiar-se sua instrumentalização ao Ensino de Geografia.

No quarto capítulo, *Em Defesa do Realismo no Ensino de Geografia*, Rossi expõe, tomando Lukács como o autor de referência principal, a importância de se abalizar a concepção de produção social do espaço, que implica no espaço como produto e produtor de relações e interações, como ferramenta teórica e metodológica para se aproximar do Real na prática docente.

*Espaço, Totalidade e Método* é o quinto capítulo deste livro e nele Rossi retoma elementos dos dois primeiros capítulos, em especial, e, desde a leitura ontológica expressa por Lukács e também creditada a Milton Santos, resgata o princípio da totalidade como elemento para a compreensão do Espaço como conceito fundamental da Geografia.

O sexto e último capítulo, *Ensino de Geografia e o Controle Social dos Territórios*, é aquele em que Rossi exercita uma análise mais distante dos anteriores sem, no entanto, deixar de manter ligação com o pensamento que os funda. A tônica está na desigualdade sentida e expressa nos diferentes territórios e em várias escalas da reprodução da vida frente a mecanismos e elementos que as amplificam desde a subordinação ao capital, como a recente pandemia que engolfa o mundo e expõe cruamente as clivagens sociais e espaciais.

Arthur Magon Whitacker  
Presidente Prudente, 28 de agosto de 2020

# INTRODUÇÃO

Discutir o ensino de geografia deve ser um empreendimento que se predisponha a refletir sobre os vínculos entre esta dimensão social e a educação. Ainda mais: trata-se, na verdade, de apreender e explicitar o movimento que articula e sintetiza a geografia, a educação e a totalidade que conforma a realidade social na qual vivemos e ajudamos a produzir.

Certamente as reflexões a respeito das potencialidades do uso das tecnologias na disciplina geográfica, o uso de obras de arte, de determinados procedimentos metodológicos etc. são importantes para a prática docente nesta área do conhecimento científico. Contudo, antes disso, é preciso abordar a concepção de ciência, de espaço geográfico, de educação, da relação teoria e prática, do entendimento de mundo e de ser humano que estruturam as distintas discussões teóricas e conceituais. Por que isto é necessário?

Em primeiro lugar, porque toda prática docente implica, mesmo que não de forma explícita, fundamentações teóricas. Sejam formulações teóricas verdadeiras ou falsas, ainda assim, elas embasam toda e qualquer atividade de ensino e de pesquisa na educação e na geografia.

Em segundo lugar, porque, de modo geral, nosso cotidiano estimula um desprezo pela teoria e uma supervalorização que louva a prática de modo espontaneísta e imediatista. Este modo de encarar a questão, infelizmente, se faz cada vez mais presente na atualidade. Todavia, ninguém se submeteria a um procedimento cirúrgico – de qualquer espécie – com indivíduo que não tivesse se apropriado de uma sólida teoria a respeito daquilo que está tratando. Ou ainda: ninguém arriscaria viajar num avião construído sem qualquer tipo de preocupação teórica no seu processo de elaboração.

É importante compreender que, incluso no ensino de geografia, há uma *reciprocidade dialética entre as formas de ensino e os conteúdos esco-*

*lares*. Isto significa que forma e conteúdo se articulam reciprocamente e de modo permanente. Todavia, *a prioridade ontológica cabe aos conteúdos escolares*. São os conteúdos a serem ensinados que permitem iluminar e refletir de modo mais profundo a respeito das formas de se ensinar e não o contrário. O objetivo deve ser sempre o desenvolvimento intelectual dos alunos em seu processo formativo.

Início a reflexão neste livro, portanto, do princípio de que existe uma íntima relação entre teoria e prática. Abordarei este tema ao longo de todo o escrito. Trato a geografia enquanto um complexo social inerente – *ontológico* – à humanidade/ser social. Parto da demonstração do caráter histórico e social da geografia e sua relação com os demais complexos que conformam a realidade social numa *totalidade*. Historicamente, primeiro a geografia se conformou num complexo social e, bem posteriormente, passa a ser um ramo específico das ciências.

Analiso a geografia a partir de sua *origem* histórica e ontológica, da sua *natureza* (isto é, a sua peculiaridade) e a *função social* que ela desempenha no processo de reprodução da sociedade. Entendo que buscar a origem, a natureza e a função social é um procedimento indispensável no intuito de mobilizar nossos conhecimentos para compreender e traduzir, de fato, o movimento real do objeto que estudamos como ele se configura em sua dinâmica imanente e não como queira ou sonha a nossa consciência. Se estaremos certos ou errados, dependerá da realidade mostrar isso. Quero dizer: nosso critério para a elaboração da crítica a respeito das teorias geográficas e educacionais deve ser o confronto de seus pressupostos e elaborações com o conjunto do processo histórico real, naquilo que se refere às articulações entre o movimento da *essência* e a manifestação da *aparência*.

Tudo isto é relevante para deixarmos o objeto “falar”, isto é, a presença de, no ensino e na pesquisa, em educação e em geografia, abordarmos nosso objeto como ele é em si mesmo na sua essência e não colocarmos os nossos desejos, fantasias ou preferências em primeiro plano.

O ensino de geografia, desse modo, precisa se basear numa postura realista de cunho ontológico. Ou seja: analisar a realidade social em sua processualidade histórica, para além dos limitados e estreitos horizontes da imediaticidade. Para isso, é fundamental a defesa das ciências, das artes e da filosofia. As ciências permitem superar o plano do senso comum, explicitando aquilo que não é possível agarrar e compreender apenas com o olhar. As artes, por sua vez, quando se conformam autênticas, possibilitam conectar os indivíduos com a história do gênero humano de uma maneira extremamente emancipadora. A filosofia, por seu turno, reflete sempre as grandes questões que afligem a humanidade em um determinado momento histórico, possibilitando apreender as deturpações que muitas vezes nos ameaçam.

Com efeito, defender o realismo ontológico no ensino de geografia é também prezar pelos conhecimentos que podem ser apreendidos com as ciências, as artes e a filosofia, pois se tratam de objetivações intelectuais que permitirão uma compreensão sólida e profunda do mundo e da sociedade. Além disso, é igualmente importante refletir sobre a orientação deste ensino. Entendemos que se trata de defender os conhecimentos clássicos numa abordagem crítica, ou seja, que confronte os pressupostos teóricos com a história real em seus meandros e contradições.

Se o ensino de geografia, ainda hoje, é considerado em muitas ocasiões enfadonho e maçante a responsabilidade não pode recair exclusivamente sobre a disciplina em si. Já disse o personagem Cássio da peça “*Júlio César*” de Shakespeare que: “Não é dos astros, caro Bruto, a culpa, mas de nós mesmos, se nos rebaixamos ao papel de instrumentos”. O momento atual induz fortemente à ânsia pelas formas de ensino e um vil desprezo pelos fundamentos teóricos. Faz mais sucesso discutir “como ensinar” do que “o quê ensinar”.

Defendo a educação escolar e o ensino de geografia enquanto *atividade educativa* que contribui para a elevação no nível cultural e intelectual

de professores e alunos. Certamente as escolas enfrentam grandes dificuldades impostas pelo modo como organizamos a presente sociedade. Todavia, isto não deve nos imobilizar. Contribuir com um ensino de geografia que preze pela transmissão crítica dos conhecimentos clássicos das ciências (sociais, da natureza e exatas), das artes e da filosofia, tendo como parâmetro a defesa do ser humano é um empreendimento humanamente emancipatório. Sobre isto trata o livro que o leitor tem em suas mãos.

## CAPÍTULO 01

# GEOGRAFIA E REPRODUÇÃO SOCIAL

Estudar a geografia<sup>1</sup> enquanto complexo social responsável pela produção e reprodução do espaço geográfico, incluindo todas suas dimensões territoriais, regionais e de lugares; pela abordagem *ontológica* é uma empreitada extremamente rara em ser observada na contemporaneidade. Não se trata de um exercício escolástico ou academicista descolado da realidade histórica e social construída pelos seres humanos. Ao contrário, trata-se, em verdade, de extrair do próprio processo histórico suas tendências mais essenciais no que concerne aos relacionamentos do espaço geográfico com os vários complexos sociais que conformam a realidade objetiva. Em outras palavras: estamos diante de um esforço mobilizado a partir da própria realidade, no sentido de apreensão dos limites e das potencialidades que a geografia apresenta na malha das sínteses históricas e sociais que conformam – na expressão lukacsiana – o “complexo de complexos” da reprodução social.

A ontologia instaurada desenvolvida por Lukács mostra, com bases respaldadas no processo histórico real, que no processo de produção do conhecimento sobre um determinado fenômeno social, devemos *traduzir* as tendências, dinâmicas e processos que se fazem presentes na própria realidade e não especular sobre os conceitos sem relacioná-los ao todo ao qual pertencem.

Com efeito, o procedimento metodológico para apreensão da geografia com a totalidade social deve ser procurado na história e no processo social em seus traços universais e na singularidade de suas objetivações em cada contexto. Justamente em razão disto que preferimos a expressão “*onto-metodológica*”, pois ajuda a demarcar a prioridade on-

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na Revista “Geografia – Ensino e Pesquisa”, v. 24, e. 08, 2020.

tológica da objetividade sobre a subjetividade. Não é, portanto, um desprezo da criatividade e destreza da subjetividade, mas o reconhecimento necessário da atitude de postar-se diante da realidade social com objetivo primeiro de extrair dela, revelar-lhe seus fundamentos estruturais de desenvolvimento e configuração. Como demonstraremos ao longo do texto, a produção espacial geográfica é determinada socialmente em função das demandas e das alternativas postas perante uma dada totalidade social. Não um determinismo mecanicista, mas em sentido *ontológico*, isto é, as possibilidades reais e concretas se encontram na realidade historicamente produzida e a consciência que se pretenda atingir um determinado objetivo precisa conhecer e desvendar estas alternativas existentes para alcançar a finalidade idealmente traçada.

Antes de avançar, entretanto, é imprescindível um alerta: totalidade não é sinônimo de tudo. A totalidade é mais do que a simples soma das partes. A totalidade social é sempre a rede, a malha, a síntese das diversas relações sociais que cada complexo da vida humana (arte, educação, trabalho, política, ciência, geografia etc.) desempenha entre si. Neste sentido, a totalidade apresenta sempre uma herança da dinâmica histórica e abriga as possibilidades para intervenção futura, isto é, ela é sempre “expressão do desenvolvimento histórico passado, da realização de algumas das potencialidades e possibilidades do passado no presente e, também, campo de possibilidade e desafios para o desenvolvimento futuro” (LESSA, 1999, p. 08).

Dessa maneira, para apreendermos a relação da geografia com a síntese qualitativa da totalidade social é preciso, em primeiro lugar, entender, mesmo que brevemente, o fundamento ontológico da práxis geográfica e do processo de reprodução social. Este fundamento é o trabalho. Não a forma concreta do trabalho de alguma formação social, como, por exemplo: o trabalho escravo, trabalho servil ou trabalho assalariado, mas sim, o trabalho enquanto intercâmbio orgânico da sociedade com

a natureza para a produção de valores de uso. Qual a sua especificidade e o que faz dele a única categoria que funda o ser social, são temas que abordamos no item a seguir.

Num segundo momento, poderemos avançar para a compreensão do processo de reprodução social, mais especificamente, na relação que apresenta entre trabalho, totalidade e economia. Qual dessas dimensões exerce a função de “momento predominante” [*Ubergreifendes Moment*] é uma reflexão importantíssima para o debate geográfico, pois em toda relação social um complexo servirá de *médium* e de polo regente para a orientação geral dos demais.

Por fim, em nossas considerações finais, ressaltamos as potencialidades investigativas que a perspectiva ontológica oferece a análise em geografia, não por alguma razão especulativa ou eruditista, mas por chamar à urgência histórica em analisar o processo histórico real em suas efetivas possibilidades e entraves e não fantasiar ou colocar nossos anseios acima daquilo concretamente existente no ser *em-si* dos objetos estudados.

## **Trabalho: Fundamento Ontológico da Geografia e da Totalidade Social**

Antes de explicitar as relações da geografia com a totalidade no processo de reprodução da sociedade, isto é, na dinâmica de autoconstrução humana, é preciso compreender, preliminarmente, qual é a base histórica e real que possibilita o surgimento da humanidade e a complexificação da sociedade. Este papel caberá ao trabalho, enquanto única categoria fundante do ser social. Não estamos tratando, todavia, do trabalho assalariado que é a matriz fundante do capitalismo. Estamos nos referindo ao trabalho enquanto atividade humana que exerce a transformação da natureza para a produção de valores de uso.

Lukács nos alerta que nenhuma categoria pode ser considerada isoladamente. Com efeito, a discussão do trabalho aparece de modo didático e

exemplar, entretanto, o próprio trabalho está imbrincado à “linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho” (LUKÁCS, 1981, p. 01). Porém, é apenas com o trabalho que o ser social se origina, pois, com ele “surtem novas relações da consciência com a realidade” (LUKÁCS, 1981, p. 01).

A essência do trabalho está em ser uma categoria inerente à “luta pela existência” humana e, além disso, apresentar em “todos os seus estádios” produtos “da auto-atividade do homem” (LUKÁCS, 1981, p. 04). Ou seja:

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da sociabilidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, de todo esse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que parece ser à primeira vista: **todas as outras categorias desta forma de ser possuem já, essencialmente, um caráter puramente social**; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já consumado. **Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário**: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada **assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social** (LUKÁCS, 1981, p. 04, grifos nossos).

Com o trabalho a consciência humana se modifica substancialmente da atividade dos animais. Certamente os animais transformam a natureza, mas a transformação da natureza em valores de uso que é operada pela atividade humana faz com que, irrevogavelmente, se am-

plie o leque de possibilidades para intervir na realidade e compreendê-la. Este processo faz surgir todas as dimensões sociais: educação, política, geografia, ciência, arte; etc.

Em razão disto, a estrutura interna do trabalho (busca dos meios e objetivação) também se fará presente, com as devidas mediações, na estrutura dos demais complexos humanos. Por isso que “o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 1981, p. 05). Com o trabalho surge um *efetivo pôr teleológico*. Isto significa que “todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece fins” e o “pôr”, neste caso, indica que “a consciência dá início a um processo real, exatamente o processo teleológico” (LUKÁCS, 1981, p. 09).

Dessa forma, Santos corretamente pondera que “para que o animal homem se torne homem social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza” e isto “ele consegue pelo uso consciente dos instrumentos de trabalho” e, com isso, nesse momento “a atividade social começa a ser uma simbiose entre trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho”, sendo que esta dinâmica seria impossível sem um “mínimo de organização social e sem uma organização paralela do espaço” (SANTOS, 2004, p. 201-202).

Lukács (1981) utiliza o exemplo de construção de uma casa utilizado por Aristóteles. Vejamos:

A casa tem um ser material tanto quanto a pedra, a madeira, etc.; no entanto, a posição teleológica faz surgir uma objetividade inteiramente diferente com relação aos elementos primitivos. Nenhum desenvolvimento imanente das propriedades, das legalidades e das forças operantes no mero ser-em-si da pedra ou da madeira pode fazer “derivar” uma casa. Para que isto aconteça é necessário o poder do pensamento e da vontade humana, que organize material e funda-

mentalmente tais propriedades de uma forma inteiramente nova (LUKÁCS, 1981, p. 14).

Isto nos mostra que: 1) a consciência é indispensável e, de fato, possui um papel ativo na produção da vida em sociedade; 2) a consciência possui uma autonomia relativa frente à objetividade, isto é, ela deve refletir, pensar em articulações e vínculos a partir dos elementos presentes na própria realidade, caso contrário a finalidade previamente traçada não poderá ser objetivada e; 3) o campo de possibilidades para a consciência atuar cabe à objetividade. Estes parâmetros são indispensáveis para evitarmos tanto o idealismo que supervaloriza o papel da consciência, quanto o materialismo mecanicista que, por outro lado, despreza a subjetividade na construção social.

Lessa (2016), nos explica que com o trabalho as possibilidades de transformação da natureza são apropriadas pela consciência e refletidas sobre a sua objetivação. Em outras palavras:

Ao serem apropriadas pela consciência, possibilitam que os seres humanos avaliem qual a melhor possibilidade para atender a necessidade mais urgente e, assim, elaborem um projeto, um plano (na filosofia: uma teleologia, isto é, uma ideia que irá dirigir a prática subsequente). Decidem, digamos, que para atender à necessidade por calor e proteção para aquela noite, farão uma fogueira. A ideia da fogueira está na consciência – tão somente. Por isso a ideia não produz nem o calor nem a proteção desejada. Para tanto é preciso que, com o uso do corpo humano (pois é este a única porção da natureza em interação direta, imediata, com a consciência), sejam reunidas as madeiras, pedras etc. e que a fogueira seja o resultado de uma ação humana. Se o fogo existe na natureza, a fogueira apenas existe como ação humana que organizou a madeira e as pedras de modo a que cumprisse uma função social: aquecer e proteger naquela noite (LESSA, 2016, p. 327).

Com este processo não só a natureza foi transformada, mas as próprias individualidades humanas que passam a contar, após os atos de trabalho, com novos conhecimentos, novas habilidades, técnicas, valores etc. que podem ser utilizados em diversas outras situações e, com isso, temos, portanto, o fundamento de todos os complexos sociais e da natureza da reprodução social: a produção incessante do novo, novas necessidades sociais, novas possibilidades de transformação. Em linhas gerais três são as características gerais desta dinâmica social despertada à vida pelo trabalho:

1) **O desenvolvimento das capacidades produtivas possibilita sociedades e relações sociais que abarcam uma porção cada vez maior da humanidade.** Das sociedades primitivas, bandos e tribos, por milhares de anos de evolução, passamos à situação presente em que um mercado mundial articula a vida de cada indivíduo à existência de todos os humanos do planeta. Dizemos que o gênero humano, que no início era basicamente biológico, se elevou a um gênero social, isto é, elevou-se a um patamar de desenvolvimento social que articula, de fato, a vida de todos os indivíduos em uma mesma e única história, a história da humanidade.

2) A segunda característica, é que essa evolução repete algo que já encontramos na matéria inorgânica e orgânica: **a tendência de se passar de níveis mais homogêneos e simples a patamares mais complexos e heterogêneos.** Na história dos seres humanos, isto ocorre em um duplo processo: a personalidade dos indivíduos vai se tornando cada vez mais complexa, cada vez mais mediada e os indivíduos são capazes de ações, de comportamentos, cada vez mais complexos, matizados e sofisticados. E isto ocorre porque o desenvolvimento social coloca frente aos indivíduos possibilidades e necessidades que são, também elas, mais complexas e requerem dos indivíduos comportamentos, ações, cada vez mais complexos e mediados. Tal como no inorgânico e na vida, vamos também do simples ao

complexo. Evidentemente isso não se conflita com o afirmado no item 10, acima. Apenas uma humanidade mais complexa e desenvolvida é capaz de ser portadora de uma relação social que articule a vida de cada um a vida de todos no planeta (o mercado mundial etc.)

3) A terceira característica é que, **quanto maior a capacidade humana em tirar da natureza o que necessitamos, menos horas e menos pessoas precisam ser empregadas nessa tarefa**. Se, na sociedade primitiva, todos os indivíduos, praticamente por todas as horas do dia, coletavam da natureza o que necessitavam – hoje, nas sociedades mais desenvolvidas, menos de 12% da força de trabalho é empregada nas indústrias e na agricultura, atividades em que temos a transformação da natureza. As sociedades em que vivemos são agudas testemunhas de uma decrescente necessidade por trabalhadores: o desemprego que não nos deixe mentir. Apesar de haver riqueza para manter a todos os humanos no planeta, vivemos desigualdades sociais crescentes, não pela falta de produtos, mas porque o capital não possibilita a distribuição da riqueza de forma igualitária. O esgotamento histórico do capitalismo é resultante dessa tendência universal do desenvolvimento humano: precisamos trabalhar cada vez menos para produzir o que necessitamos (LESSA, 2016, p. 331-332, grifos nossos).

Em suma: sociedades mais complexas, um espaço geográfico mais dinâmico e inter-relacionado, maior desenvolvimento das forças produtivas (técnica, ciência, tecnologia e capacidade humana) e menor gasto de energia para a transformação da natureza. Essa é a marca indelével da reprodução social. O espaço geográfico produzido desde os primórdios surge, portanto, em função da capacidade humana em efetivar atos de trabalho e isto significa que a práxis geográfica deve sua existência à articulação nova entre consciência e realidade objetiva que se origina com o trabalho: o pôr teleológico. Obviamente esta mesma práxis geográfica se complexifica, se

desenvolve e se dinamiza e isso em razão do aumento social das múltiplas interações que desempenhará com os demais complexos da vida humana. Aqui reside a importância em analisarmos, rapidamente, as linhas gerais da reprodução social como apresentamos a seguir.

## **Reprodução Social: Autonomia e Dependência do Espaço Geográfico**

O esclarecimento do trabalho como fundamento do ser social e, portanto, da práxis geográfica é indispensável para o entendimento da complexificação que se opera na reprodução social. Ao contrário da reprodução biológica que há sempre a reposição do mesmo, na reprodução social ocorre sempre a produção do novo. Vejamos melhor:

[...] o trabalho (e toda atividade social que, em última análise, parte dele e volta a desembocar nele) confronta todo homem **com novas tarefas, cuja execução desperta nele novas capacidades**; em segundo lugar, os produtos do trabalho **satisfazem as necessidades humanas de uma maneira nova, que se afasta cada vez mais da satisfação biológica das necessidades, mas sem jamais dissociar-se totalmente dela**; de fato, o trabalho e os produtos do trabalho introduzem na vida necessidades **sempre novas e até ali desconhecidas e, com elas, novos modos de satisfazê-las**. Em suma: tornando a reprodução da vida cada vez mais multiforme, cada vez mais complexa, distanciando-a cada vez mais da reprodução meramente biológica, eles transformam simultaneamente também os homens que efetuam a práxis, afastam-no cada vez mais da reprodução meramente biológica de sua vida. Em outros contextos já mostramos o efeito que essa modificação do modo de vida pelo trabalho tem sobre as manifestações vitais biológicas eminentes, como alimentação, sexualidade etc. No entanto, nunca será demais reiterar enfaticamente que, nesse processo, **a base biológica jamais é suprimida, mas apenas socializada**, sendo que por

essa via nascem no homem propriedades, faculdades qualitativamente, estruturalmente novas de seu ser-homem (LUKÁCS, 2013, p. 291, grifos nossos).

Este riquíssimo trecho do Lukács é importantíssimo para a reflexão proposta aqui em tela. O processo de reprodução social, baseado no trabalho, não se resume nesta atividade. Com o pôr teleológico desencadeado pela atividade laborativa, há a produção de novas necessidades e novas possibilidades de compreensão e transformação da realidade natural. Esta dinâmica, por sua vez, permite à consciência humana acumular os valores, conhecimentos, habilidades, técnicas etc. e utilizá-los em uma série diversas de outras situações e atividades. Com efeito, abre-se a possibilidade para despertar novas dimensões sociais que irão interagir entre si e, com isto, estamos assistindo ao fundamento ontológico da própria totalidade social enquanto síntese qualitativa das múltiplas interações de uma determinada sociabilidade.

É também esta dinâmica que possibilita a crescente complexificação e socialização da vida humana, num processo que o filósofo húngaro denominou de “*afastamento das barreiras naturais*”. Note o leitor que se trata de um “*afastamento*” e não um rompimento absoluto. Um exemplo: a fome continua a ser uma necessidade biológica de nosso corpo, todavia, a maneira como saciamos a fome é imensamente/qualitativamente mais social. Poderíamos pensar ainda em vários outros exemplos, inclusive aqui, a complexificação social do próprio espaço geográfico. Se na Antiguidade um aumento das chuvas poderia causar grandes problemas na vida daquelas sociedades, hoje, os japoneses, por exemplo, conseguem lidar de um modo socialmente extraordinário com seus terremotos e tsunamis. O arranha-céu Burj Khalifa Bin Zayid, em Dubai, para pensarmos em outro exemplo de afastamento das barreiras naturais, atinge a impressionante altura de 828 m, com 160 andares. Em todos os casos, estamos diante do resultado da interação social dos vários complexos que constituem o ser social, no incessante processo de produção do novo: novas possibilidades, novas necessidades, novas alternativas e novas respostas.

Em última instância, o fundamento ontológico no qual se baseia a reprodução social e o afastamento das barreiras naturais reside no pressuposto ineliminável de que: “os atos do trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos” (LUKÁCS, 2013, p. 160). Também aqui é o trabalho – enquanto intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza para a produção de valores de uso – a dinâmica que impulsiona a complexificação e desenvolvimento do espaço geográfico. Como já alertamos, não se trata de um rompimento absoluto com a natureza. Sem o intercâmbio com a natureza não há ser social, ou seja, não existe humanidade. Trata-se da interação cada vez mais social que os complexos e as categorias assumem na vida humana. Em outras palavras o “princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominante nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários” (LUKÁCS, 2013, p. 162).

Fundamental, portanto, notar que a gênese do espaço geográfico está presente no momento em que os seres humanos começam a produzir de modo intencional as condições materiais da vida social. Por isso que ‘o ato de produzir é igualmente o ato de produzir o espaço’, pois “a promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir” e a produção supõe “uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio” (SANTOS, 2004, p. 202).

Nesse aspecto, o início da produção social, ocorre quando os homens começam a trabalhar “em um regime de cooperação, isto é, em sociedade, a fim de alcançar os objetivos que haviam antecipadamente concebido, antes mesmo de começar a trabalhar” e, dessa maneira, “a produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido”, portanto, produzir e produzir o espaço são dois atos indissociáveis (SANTOS, 2004, p. 202-203).

Entre o trabalho e o espaço geográfico ou qualquer outra dimensão social passa a se estabelecer assim uma rede intrincada e complexa de interações sociais que possui por mediação a própria totalidade. Ou seja: “a constante reprodução de trabalho, divisão do trabalho etc. torna esse médium da mediação cada vez mais emaranhado, cada vez mais denso, abrangendo cada vez mais todo o ser dos homens”, todavia, mais uma vez, todos estes complexos da vida em sociedade radicam na “origem ontológica no metabolismo da sociedade com a natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 205).

Em razão destes entendimentos que podemos considerar o “espaço total e o espaço local” como “aspectos de uma única e mesma realidade – a realidade total – à imagem do universal e dos particulares”, já que a sociedade como um todo e o espaço enquanto todo “se transformam através do tempo, num movimento que, embora interessando igualmente às diversas frações da sociedade e do espaço, é o resultado da interação entre sociedade global e espaço global e de suas diversas frações” (SANTOS, 2004, p. 208). A totalidade se configura enquanto força, enquanto campo de orientação e, dessa forma, “cada acontecer particular representa uma determinação da sociedade como um todo e um lugar próprio que o define, acrescentando à sua dimensão social original, uma dimensão que é, de uma só vez, temporal e espacial” (SANTOS, 2004, p. 219).

Como já argumentamos, também, entre o trabalho e cada um dos complexos humanos há a mediação rica e intrincada da própria totalidade enquanto síntese das múltiplas determinações recíprocas que se desenvolvem no ser social. Por outro lado, seria também equivocados desprezar apressadamente a interação que a economia – no sentido assinalado – estabelece. Trabalho e economia, deste modo, conformam o *momento predominante* na orientação geral da própria totalidade social e esta última, por sua vez, é o *momento predominante* na atuação, nas demandas e nos limites de cada dimensão da vida humana. Não há uma autonomia absoluta entre espaço geográfico e trabalho e totalidade social, por exemplo. A esse res-

peito Lukács argumenta que “a representação fetichizante-idealista da independência absoluta dos complexos singulares, tão frequente nas ciências históricas e sociais, parte, por um lado, de uma representação estreitada e reificada do econômico” (LUKÁCS, 2013, p. 196).

O fato dos complexos sociais, incluso o espaço geográfico, ser desigual e permitir um acesso diferenciado na sua produção e apropriação não significa uma característica interna à sua própria constituição. Antes disso, indica a consequência da relação da geografia com a totalidade social consubstanciada com base na exploração no processo de trabalho. A humanidade desenvolveu as bases materiais para uma construção eminentemente positiva e autêntica do gênero humano em suas diversas individualidades. Isto é: “o ser-para-si do gênero humano é, portanto, o resultado de um processo, que se desenrola tanto na produção econômico-objetiva global como na reprodução dos homens singulares” (LUKÁCS, 2013, p. 351).

Uma consideração neste aspecto é extremamente importante: as possibilidades de apropriação e produção do espaço geográfico. Já vimos como que a produção do espaço geográfico é desigual e guarda íntima relação com o processo histórico de reprodução social. Trata-se, em verdade, de um espaço produzido pela ação dos indivíduos em sociedade a partir das demandas delimitadas socialmente. Não por um acaso qualquer teremos, no espaço geográfico, territórios de decisão, territórios de riqueza e, ao mesmo tempo, territórios de miséria, de segregação e desigualdades.

Sem dúvida, em todos os casos, estamos assistindo um processo de produção do espaço geográfico efetivado concretamente pela atividade consciente dos indivíduos em sociedade. Todavia, como toda sociedade se baseia numa forma específica de estabelecer o intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza para a produção de valores de uso (trabalho), temos que prestar atenção no fato de que um processo de trabalho que contenha em si qualquer tipo de exploração do homem pelo homem, conterà, irrevogavelmente, uma desigual produção e apropriação das potencialida-

des contidas no espaço geográfico. No processo de reprodução social está gravado, em germe, a natureza da produção espacial geográfica.

Como já afirmamos, os indivíduos produzem e reagem ativamente à produção geográfica do espaço. Porém, as possibilidades concretas do grau de utilização e da qualidade desta apropriação encontram irradiações operantes no movimento posto em prática pelas classes sociais. Residir em um município pleno de museus, teatros e cinemas, por exemplo, não significa que todos os indivíduos poderão usufruir destes bens culturais. A possibilidade real e concreta não se encontra na “vontade subjetiva” apenas dos indivíduos, mas na objetividade de suas relações sociais que facilitarão ou obstaculizarão a realização desta apropriação geográfica e cultural. Com isto, evita-se tanto o idealismo de acreditar numa autonomia absoluta dos indivíduos perante o espaço geográfico e deste perante uma respectiva totalidade social construída historicamente e, ao mesmo tempo, está descartado o materialismo mecanicista que não consegue apreender o papel ativo dos indivíduos e do próprio complexo espacial geográfico na interação com a vida em sociedade.

Estamos diante, portanto, da “prioridade ontológica da produção enquanto momento predominante” (LUKÁCS, 2012, p. 331). Prioridade ontológica significa que o trabalho e a economia colocam os rumos, por intermédio da totalidade, a cada complexo social, incluindo a geografia. Não se trata de um determinismo mecanicista, mas sim da apreensão de que na interação social sempre existe um “momento predominante”, ou seja, sempre existe um campo de limites e possibilidades criado pelo trabalho e pela economia e manifestado de modo mediado através da totalidade social.

Importante ainda, a título de finalização, que a produção é entendida em seu sentido amplo/ontológico, enquanto produção e reprodução da “vida humana, que até mesmo em seus estágios extremamente primitivos (o pastoreio dos mongóis) vai muito além da mera conservação biológica,

não podendo portanto deixar de ter um acentuado caráter econômico-social” e com isto “é essa forma geral da produção que determina a distribuição”, já que “o desenvolvimento essencial do ser humano é determinado pela maneira como ele produz” (LUKÁCS, 2012, p. 336). Aqui está a importância de apreender o processo histórico e geográfico, pois:

Com efeito, a Coisa mesma não se esgota em seu fim, mas em sua atualização; nem o resultado é o todo efetivo, mas sim o resultado junto com o seu vir-a-ser. O fim para si é o universal sem vida, como a tendência é o mero impulso ainda carente de sua efetividade; o resultado nu é o cadáver que deixou atrás de si a tendência. Igualmente, a diversidade é, antes, o limite da Coisa: está ali onde a Coisa deixa de ser; ou é o que a mesma não é (HEGEL, 1992, p. 23).

A geografia, enquanto complexo social que acompanha o desenvolvimento do ser social, se consubstancia naquela dimensão humana que possui por função, no processo de reprodução social, a produção e reprodução do espaço geográfico. Para demonstrar este entendimento partimos de pressupostos reais e historicamente comprovados: o surgimento do ser social a partir do trabalho. Nesse aspecto, o trabalho pode ser considerado a única categoria que funda a sociabilidade, pois apresenta uma articulação inteiramente nova entre teleologia e causalidade, ou em outros termos, entre consciência e objetividade. Ao estabelecer fins a ser alcançados, a consciência humana passa a ter um papel extremamente ativo na produção da vida em sociedade. Todavia, ao contrário do idealismo, isto não significa que ela possa realizar tudo que imaginar. Caberá à consciência humana articular, refletir e pensar adequadamente os elementos presentes na realidade objetiva para que o fim previamente delineado possa ser atingido.

Não por um acaso qualquer Lukács utilize a expressão “pôr teleológico”, pois não se trata tão somente de estabelecer fins, mas de objetivar uma criação eminentemente humana e social que não derivaria do próprio movimento da natureza. Como já citado anteriormente, uma casa

apresenta em sua estrutura areia e pedras, mas do automovimento natural destes elementos não resulta uma casa. Esta última é fruto da ação conscientemente dirigida pelos atos humanos em processo de trabalho.

Uma importante distinção diz respeito aos pores teleológicos primários e os pores teleológicos secundários. Os primeiros dizem respeito à incidência sobre algum objeto natural para sua transformação em meios de produção ou de subsistência e os segundos, por sua vez, visam, como explica Lukács (2013), atingir a consciência de um homem ou grupo de homens para que eles possam efetuar novas posições teleológicas. Entendemos que o espaço geográfico deve sua existência à capacidade humana em realizar atos de trabalho, pois aqui se verifica o *salto ontológico* do ser meramente biológico ao ser social, com uma articulação nova entre consciência e realidade, como demonstramos no primeiro item deste artigo. Entretanto, com o desenvolvimento e a complexificação do próprio gênero humano a práxis geográfica passa, cada vez mais, a interagir com outras dimensões da vida humana a partir dos limites, entraves e possibilidades que uma totalidade historicamente construída lhe dispõe.

No processo de trabalho, mesmo em fases iniciais, já se instaura posições de “finalidades imediatas” e “finalidades mais mediatas”, por exemplo, podemos pensar no exemplo elencado por Lukács, na fabricação de armas que envolve várias posições teleológicas diversas e heterogêneas. Novamente, aqui, é afirmado o papel do trabalho em transformar a natureza e, também, a natureza do homem que trabalha, sendo a linha desse processo de mudança a “posição teleológica e pela realização prática desta”. Neste processo o homem chega a “um domínio consciente sobre si mesmo”. O objetivo existe na consciência antes de sua realização material e, ao mesmo tempo, em cada movimento singular, verificando de forma “crítica e consciente” se se almeja o melhor resultado possível de seu trabalho. O domínio da consciência sobre o próprio corpo, hábitos, instintos e afetos é, de acordo com Lukács,

uma condição elementar já do trabalho em seus estágios mais primitivos. Assim, tal dinâmica marca “decididamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige uma relação consigo mesmo qualitativamente diferente” e, por conseguinte, “inteiramente heterogênea em relação à condição animal, uma vez que tais exigências são apresentadas por todo tipo de trabalho” (LUKÁCS, 1981, p. 98).

Um aspecto decisivo neste debate, de acordo com nosso autor, diz respeito ao *recuo das barreiras naturais* provocado pelo trabalho e que tem na consciência um importante apoio por operar “posições teleológicas da práxis”. Com efeito, trata-se de um “contínuo recuo das barreiras naturais” e não uma supressão completa, pois a base biológica humana continua existindo, ou seja, há uma “ligação ontológica” da sociedade para com a natureza e da “consciência com o processo vital do corpo” (LUKÁCS, 1981, p. 99).

Nesse sentido, tanto a existência e a “atividade da consciência” está ligado de modo indissolúvel “ao desenvolvimento biológico do organismo vivo”, quanto a consciência cumpre uma “função dirigente, de guia, determinante” com relação ao corpo. Papel este que, para Lukács, tem sua origem no trabalho. Assim, é preciso compreender que, do ponto de vista ontológico, é possível a existência de um corpo sem consciência, como, por exemplo, no caso de alguma doença. Porém, também nesta circunstância, a consciência não perde seu papel de guia, sua função dirigente.

Nossa sociedade não é um todo harmônico e pacífico. À tranquilidade do sono de alguns, se contrapõe o desespero de milhões ao não saber como irão conseguir a próxima refeição. Todavia, nunca antes na história da humanidade desenvolvemos um processo de produção da vida social, incluindo aqui do espaço geográfico, tão desenvolvido, complexo e universal. Poderíamos mesmo afirmar que é o primeiro momento histórico em que, de fato, temos a humanidade no sentido do seu reconhecimento global e no que se refere aos intercâmbios entre as diversas nações.

Grande parte destas conquistas se deve ao surpreendente avanço científico, técnico e tecnológico que acompanha a atual forma de sociabilidade. Trata-se, em verdade, de uma tendência gravada em germe na capacidade humana em transformar a natureza de modo intencional para o atendimento de alguma necessidade da vida social. Isto é: o trabalho, nesse sentido de transformação da natureza, apresenta, *in status nascendi* a dinâmica que garante a criação de novos conhecimentos, novas habilidades, novas técnicas que, por sua vez, impulsionam o desenvolvimento e a complexificação da ciência e do próprio espaço geográfico.

Com a trajetória histórica, certamente várias outras dimensões sociais, para além do trabalho, irão interagir com a ciência e com o espaço, acentuando ainda mais a sua universalidade e progresso. Trata-se, do que chamamos de *amplitude conquistada*. Em nossa sociedade podemos criar avanços científicos extraordinários: máquinas que realizam o trabalho de dezenas de trabalhadores; equipamentos que nos mostram organismos celulares; instrumentos grandiosos que possibilitam a aceleração dos átomos; tratamentos médicos capazes de garantir uma boa qualidade de vida a enfermos; satélites capazes de nos mostrar imagens de estrelas a milhares de anos luz da Terra etc. etc. etc.

Essa mesma amplitude conquistada também se manifesta no espaço geográfico. De fato: o espaço geográfico da contemporaneidade é uma conquista, uma *expressão e condição* do progresso social. Isto, todavia, não significa que ele apresente todas as suas potencialidades e oportunidades de modo homogêneo para a totalidade dos indivíduos. Habitantes de um mesmo município dispõem de desiguais *oportunidades reais* de participação no espaço geográfico. Podem existir centros de pesquisa e de ensino de excelência ao lado de grandes periferias. O acesso ao dinheiro, o local ocupado no processo global de tomada de decisões, a atividade exercida, etc. são elementos que influenciam sobremaneira na qualidade da interação das pessoas com o espaço geográfico

em seus aspectos culturais, científicos e espaciais. O fato de existir, por exemplo, grandes teatros em uma metrópole não significa que todos os seus habitantes poderão usufruir de seus espetáculos. O dinheiro e a classe estruturam as *fronteiras* que, efetivamente, se consubstanciam em grandes cordilheiras entre os indivíduos e as benesses conquistadas pelo gênero humano em seus aspectos espaço-intelectuais.

Produzimos mais alimentos do que a capacidade de todos os habitantes do planeta de consumi-los; desenvolvemos tecnologias capazes de nos fazer trabalhar menos e, ainda assim, trabalhamos intensamente e convivemos em nossa sociedade com milhões de pessoas em trabalho escravo, pobreza e miséria. Produzimos tecnologias na área da saúde espetaculares, todavia, somente estarão disponíveis a quem puder pagar por elas. Conquistamos um desenvolvimento das forças produtivas capaz de produzir tudo aquilo que necessitamos preservando o meio ambiente e, mesmo assim, em nome do lucro e do “bem dos negócios”, todos os dias a poluição e o desmatamento se manifestam por todo o globo.

Chegamos à *estreiteza imposta*. Conquistamos um amplo desenvolvimento e o convertemos em limites estreitos que devem obedecer, acima de tudo e de todos, a reprodução dos lucros e dos negócios, o “sagrado” mercado. Nesta sociedade, o dinheiro é o princípio maior das *possibilidades* que podem garantir ou não a ultrapassagem das fronteiras no espaço geográfico: a fronteira da educação, da cultura, da comida, da moradia, do conhecimento, da ciência... Enquanto o bem das empresas for colocado no alto da hierarquia, subordinando todo o resto, continuaremos a estreitar, cada vez mais, nossa história conquistada, nossa amplitude espacial, científica e cultural. É como se a velha fábula do gênio e da lâmpada agora se estendesse à toda humanidade: poderes e potências grandiosíssimos, circunscritos nos estreitos limites impostos pelo mercado.

Este avanço enorme da ciência e da complexidade do espaço geográfico se conforma em horizontalidades hierarquicamente, isto é, vertical-

mente, comandadas pelas demandas das empresas dominantes. Se conformam, portanto, em *potências* para uma outra história, para outra forma de sociabilidade efetivamente livre e autônoma, que preze pelo atendimento das verdadeiras e essenciais necessidades humanas. Potências estas que, no presente, são geografizadas, na prática, a serviço dos agentes econômicos que ocupam local de destaque. O que é potência para a humanidade, em suas autênticas demandas, se converte em geografia a favor da reprodução dos lucros e da exploração; portanto, objetivos anti-humanitários.

## Considerações Finais

O espaço geográfico, de modo mediado, terá sua produção e reprodução delineadas a partir das mediações colocadas pelo campo de limites e possibilidades instaurado pela totalidade social, sendo esta, por sua vez, baseada numa forma específica de estabelecer o intercâmbio entre a sociedade e a natureza na produção dos valores de uso. Isto é: toda totalidade social se funda em uma forma típica de trabalho. Entre o trabalho e a produção do espaço geográfico há, portanto, a *mediação* da totalidade social enquanto síntese das múltiplas interações numa dada formação social.

A produção deve ser entendida em sentido amplo, como Lukács (2012) nos esclarece, ou seja, produção também de modos de vida, de pensamento, de cultura. Entretanto, há que se observar que esta produção social – física e espiritual – parte de um pressuposto prático: a forma como os seres humanos se relaciona entre si no processo de transformação da natureza.

O que a análise da realidade nos apresenta é a possibilidade real de desenvolvimento que tenha como parâmetro o conjunto do gênero humano. Isto não é uma especulação, mas sim, uma constatação do fantástico nível de capacidade produtiva alcançado em nossos tempos. O desafio, portanto, do ponto de vista do mundo e da vida e não da estreita perspectiva do mercado, é converter esta potência produtiva em concreto processo societário *humanamente* emancipado.

Para os pesquisadores e professores de Geografia a tarefa que o presente nos coloca é: 1) a apropriação e transmissão dos clássicos que possibilitem uma compreensão da essência do movimento da realidade ao longo do processo histórico e; 2) a compreensão efetivamente crítica da produção sócio-espacial do presente em suas desigualdades, potências e entraves. Quais as possibilidades reais para a produção do espaço? E, por conseguinte, como tais possibilidades estão sendo geografizadas hoje?

Trata-se, dessa forma, de duas empreitadas extremamente relevantes no ensino e na pesquisa. A contribuição com a produção e disseminação de um *conhecimento teórico* que possibilite o entendimento da articulação das dinâmicas essenciais em suas manifestações concretas e aparentes no espaço, nos territórios e nos lugares; ao mesmo tempo, o exercício da *crítica* que, justamente por confrontar as teorias com a realidade em todos os seus aspectos (históricos, econômicos, geográficos etc.) auxilia no esclarecimento dos fatos e das articulações entre os fenômenos.

Perante um cotidiano que incentiva a confusão e a miopia diante da vida e da sociedade, mais do que nunca, a ciência e a crítica são chamadas a ocupar seu local de destaque no compromisso intransigente com a humanidade.

O ser humano e o gênero, precisa aparecer como centro da produção científica, geográfica, enfim da produção social em sentido amplo. Esta necessidade é urgente em face da gravidade estrutural dos problemas que enfrentamos que são insolúveis por intervenções simplificadoras e localistas.

## Referências

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito** – Parte I. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

LESSA, S. Posfácio – Possibilidade, Lei e Acaso: Os físicos e seus incríveis cíclotrons. In: VEDDA, M.; COSTA, G.; ALCÂNTARA, N. (orgs.). **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, p. 313-366, 2016.

LUKÁCS, G. Il Lavoro. In: LUKÁCS, G. **Per una Ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981, p. 11-131. (Tradução Mimeo.de Ivo Tonet, 145p.)

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – I**. São Paulo: Boitempo: 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II**. São Paulo: Boitempo: 2013.

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz/Georg Lukács. Tradução de Gisieh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

## CAPÍTULO 02

### ESPAÇO GEOGRÁFICO E EDUCAÇÃO

O presente artigo<sup>2</sup> trata-se das reflexões e estudos que a pesquisa sobre a especificidade da educação e sua natureza, tem permitido apreender a partir da pesquisa das contribuições de autores clássicos sobre o tema. Nesse aspecto, este escrito se configura num esforço teórico, com preocupações práticas, de pensar o ensino de geografia no seu vínculo com o exercício da crítica. Trata-se, desse modo, de problematizar a educação e a particularidade da dimensão social e científica geográfica numa postura que se predispõe a analisar e refletir sobre os fundamentos destes complexos sociais. A crítica, como demonstraremos adiante neste escrito, se configura no cotejamento das teorias com o movimento essencial da realidade objetiva.

Com efeito, é preciso retornar sempre o estudo dos clássicos da educação e da geografia com intuito de apreender a especificidade humana e, portanto, histórica e social tanto do ato educativo, quanto da ação de *geografizar* a realidade e o mundo. Isto pressupõe partir não das distintas definições e das divergentes interpretações conceituais dos autores sobre o espaço geográfico e sobre a atividade educacional, por exemplo. Em primeiro lugar, devemos partir das bases reais que permitem os indivíduos se formarem enquanto seres humanos e, uma vez compreendido este processo, verificar os conceitos na sua efetividade de tradução de lógicas existentes, de dinâmicas operantes na objetividade. Eis a essência da *crítica ontológica*: partir da história, do mundo social e analisar as lacunas, limites, desvios e acertos das elaborações teóricas em face do real.

Crítica que se estrutura na perspectiva ontológica, ou seja, numa abordagem que possui como eixo central o próprio objeto. Ao investiga-

---

<sup>2</sup> Texto publicado na Revista Educativa, Goiânia, n. 23, 2020.

dor cabe a tarefa de mobilizar seus conhecimentos científicos, artísticos, históricos e filosóficos no sentido de captar e traduzir a essência movente e movida do objeto sob investigação. Importante neste aspecto é perceber que “a captura do próprio objeto implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas também, e principalmente, àqueles que constituem a sua essência” (TONET, 2013, p. 14). Dessa maneira, “não cabe ao sujeito criar - teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p. 14).

O espaço geográfico e a educação não são elucubrações fantasiosas da especulação imaginativa dos pesquisadores. Por outro lado, são constituintes operantes da realidade social. Seus conceitos e categorias conformam-se em expressões intelectivas articuladas com as possibilidades reais e efetivas da objetividade. Em outras palavras: “as atividades espirituais do homem não são, por assim dizer, entidades da alma, como imagina a filosofia acadêmica”, mas sim, “formas diversas sobre a base das quais os homens organizam cada uma de suas ações e reações ao mundo externo”, sendo que “os homens dependem sempre, de algum modo, destas formas para a defesa e a construção de sua existência” (LUKÁCS, 2014, p. 24). Crítica ontológica indispensável à reflexão educacional em geografia, pois trata-se de “uma crítica concreta, fundada na respectiva totalidade social e orientada para a totalidade social” (LUKÁCS, 1981, p. 63).

Para desenvolver esta problemática dividiremos este artigo em mais três momentos. Em primeiro lugar, é preciso apreender a particularidade da geografia enquanto dimensão humana constituinte e inerente ao desenvolvimento do ser social, isto é, da humanidade e, com a qual, se relaciona reciprocamente em face das determinações, dos limites e das possibilidades que a totalidade social oferece. Em um segundo momento, demonstramos a especificidade da educação, também entendida enquanto complexo social ontológico ao gênero humano e a especificidade da crítica. Por fim, nossas considerações finais com objetivo sintetizar as contribui-

ções que o exercício da crítica pode oferecer ao ensino de geografia para além do saber escolástico e enciclopédico que descola a história e a vida social do pensamento conceitual e teórico.

## **A Particularidade do Espaço Geográfico**

Para entendermos o complexo social geográfico é preciso, mesmo que brevemente, esboçar uma compreensão sobre o processo dos indivíduos se tornarem membros do gênero humano. Como se sabe, os seres humanos não nascem já formados. Ao contrário dos animais que nascem com suas características típicas já pré-determinadas, nós precisamos aprender a nos tornar humanos. Se separamos um indivíduo do contato social com outros seres humanos, caso ele venha a sobreviver, irá adquirir hábitos e comportamentos dos animais que o circundam.

Em que medida nos tornaremos membros do gênero humano, com quais mediações, com quais níveis de apropriações do patrimônio cultural da humanidade, são questões que só poderão ser elucidadas em face da totalidade social e do momento histórico que estivermos analisando. Todavia, o ser humano surge na Terra com uma síntese peculiar entre teleologia e causalidade, ou seja, entre consciência e realidade objetiva (LUKÁCS, 1981).

As condições materiais indispensáveis para a vida em sociedade (casas, vestimentas, alimentos, estradas etc.) não são simplesmente “dádivas” da natureza. Por outro lado: são frações da natureza transformadas de modo intencionalmente consciente pela ação humana, isto é, são operacionalizadas pelos atos de trabalho. Não o trabalho já desta sociabilidade, mas sim, enquanto intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza para a produção dos meios de produção e de subsistência.

Não se trata, contudo, de simplificar tudo de modo acrítico e apresado ao trabalho. Estamos afirmando que o trabalho é a atividade que per-

mite o surgimento do ser social e da realidade social que será constituída por uma *síntese* qualitativa ininterrupta e extremamente mediada de uma série de outros complexos sociais (educação, arte, ciência, geografia, etc.) que irão consubstanciar uma *totalidade* social.

Com o trabalho a consciência humana pode deixar de ser um mero epifenômeno (LUKÁCS, 1981). Isto significa que a consciência irá refletir, analisar e avaliar os possíveis vínculos dos elementos naturais para que determinada necessidade social possa ser atendida. Esta articulação surge com o trabalho e irá se desenvolver numa série de outras dimensões sociais. No caso do complexo geográfico, teremos a produção e reprodução, cada vez mais complexificada e mediada com a totalidade, do espaço geográfico.

Importante aqui, notar o papel que as técnicas oriundas dos conhecimentos despertados pelos atos de trabalho. As técnicas desempenharam o papel de serem “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço” (SANTOS, 2006, p. 16). Isto implica que: as técnicas, os conhecimentos e a própria geografia terão sua existência em uma *dependência ontológica* para com os atos de trabalho, o que significa, por sua vez, que o espaço geográfico só é possível pela mediação do trabalho.

O espaço, conforme explica Santos (2006), será uma articulação entre um sistema de objetos e um sistema de ações. Entendemos que este importante autor para a reflexão geográfica, possui, neste tocante a respeito do espaço, uma abordagem ontológica, isto é, preocupada em desvendar a gênese e a função social que a geografia desempenha no processo de reprodução social. Ainda está por surgir, com o prosseguimento das pesquisas, uma investigação a respeito da verdadeira e da falsa ontologia presente na “*A Natureza do Espaço*” do Prof. Milton Santos, ao estilo da crítica ontológica que Lukács desenvolveu na sua análise sobre o filósofo alemão G. W. Hegel.

Voltando ao nosso debate: o espaço geográfico constituído por objetos e por ações será animado pela própria totalidade histórica e socialmente construída. Por isso mesmo “essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade” (SANTOS, 2006, p. 24). É o espaço que “define os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente” (SANTOS, 2006, p. 24). Quanto mais os atos de trabalho se desenvolvem, mais os complexos sociais que ele despertou se complexificam e mais desenvolvida se torna a sociedade e as individualidades, num processo que Lukács se refere como “*afastamento das barreiras naturais*”, isto é: a natureza continuará a exercer sua influência, mas, com o progresso humano, a maneira como iremos lidar com isso será cada vez mais social e, portanto, histórica. Pensemos num exemplo: a fome continua a existir, todavia, não a saciamos da mesma forma como nossos antepassados há 30 mil anos atrás. Os maremotos e terremotos continuam a acontecer, entretanto, lidamos com eles de um modo muito mais seguro, sofisticado e desenvolvido, como no caso do Japão, por exemplo. Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se perceber que:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção história e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2006, p. 39)

Certamente o lugar, os territórios e a região influem e são influenciadas pelo espaço geográfico e pela totalidade. Não podemos suprimir um em razão do outro, mas o *momento predominante* continua sendo o próprio

espaço e a sociedade como um todo. Isto significa que na orientação dos lugares, dos territórios e das regiões teremos uma interferência mútua, recíproca; mas o campo de possíveis para o seu desenvolvimento é colocado pelo espaço enquanto todo. Dessa forma, que “cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto” (SANTOS, 2006, p. 37) e, em razão disto, podemos entender que “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua produção também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2006, p. 43)

A vida do espaço não se define tanto a partir dos objetos que ali se instalam e interagem num determinado momento histórico, mas em função das relações sociais que se realizam e se modificam. Por isso que “a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais” (SANTOS, 2006, p. 39). Vale notar que as relações sociais se efetivam tanto a partir das individualidades, quanto no que se refere a conjuntos mais amplos das populações. Só exercem intencionalidades e modificações transformadoras os seres humanos, mas numa série de mediações que se inter cruzam as ações de grupos e de indivíduos já que “só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos”, mas também, “as empresas, as instituições” (SANTOS, 2006, p. 53).

O quadro referencial no qual se expressão as ações de uma determinada época é justamente a paisagem. A paisagem “é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, já o espaço “são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 2006, p. 66). O fenomênico se expressa nas paisagens, o essencial, entendido enquanto dinâmicas de continuidade (influenciadas e influenciadoras) pertence

ao espaço geográfico articulado com a síntese da sociedade, com a totalidade. As formas presentes na paisagem em interação com os objetos geográficos são resultado tanto das ações dos indivíduos quanto dos distintos grupos e, isto é, preciso estar atento, atendem determinadas demandas e necessidades colocadas pelo espaço enquanto todo, ou seja, “no espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, no momento atual, uma função atual, como resposta às necessidades atuais da sociedade” (SANTOS, 2006, p. 67). Trata-se, novamente, da apreensão do momento predominante exercido pelo espaço e pela totalidade sobre as paisagens, suas formas, os objetos, os territórios e as regiões.

O espaço geográfico, deste modo, jamais poderá ser homogêneo e suprimir as particularidades dos lugares. Enquanto testemunho do passado, o espaço guarda, em certos aspectos e objetos, a herança das técnicas e das formas que atendiam a necessidades sociais superadas. Enquanto presente, seletivo, perverso, atrasado ou desenvolvido cientificamente, o espaço *traduz* a lógica operante da totalidade desta sociedade em suas demandas mais essenciais e seus interesses absolutos. Eis aqui o dilema para o geógrafo pesquisador e para o professor de geografia: descobrir e explicitar aquilo que do passado permanece enquanto *continuidade essencial* articulada com os *desdobramentos fenomênicos* das formas e dos objetos. Problemática central para a pesquisa e para o ensino. Não por uma questão meramente escolástica. Ao contrário: desvendar aquilo que permanece na mudança e as demandas do todo é requisito indispensável para a crítica na ciência, na educação e, também, para a intervenção prática conscientemente orientada.

O espaço aparece fragmentado e caótico. Contudo, isto é a força esmagadora da aparência. Vejamos: “o próprio espaço nos aparece como um todo fragmentado. Como as práxis de cada um são fragmentárias, o espaço dos indivíduos aparece como fragmentos de realidade e não permite reconstituir o funcionamento unitário do espaço” (SANTOS, 2004,

p. 34). A fragmentação não é algo fortuito ou ocasional. É a dinâmica da totalidade social que incentiva a fragmentação para a organização unitária das suas necessidades imanentes. Não é um problema da subjetividade. É uma questão da realidade. Se determinados lugares apresentam elevados objetos de sofisticação das técnicas e das ciências e, ao mesmo tempo, convivem diariamente com níveis absurdos de carência e miséria; esta é uma situação que expressa bem a essência do todo que orienta a produção e a reprodução do espaço geográfico.

Não é o espaço desigual, contraditório ou perverso por sua própria natureza. Este seria um pensamento a-histórico. O espaço se dinamiza historicamente com a totalidade e não como algo imóvel. Se este espaço se apresenta na dor, na vida, na subjetividade e nos corpos como algo desumano, é a sua vinculação com a respectiva totalidade social. Com isso, “o espaço, habitação do homem, é também o seu inimigo, a partir do momento em que a unidade desumana da coisa inerte é um instrumento de sua alienação” (SANTOS, 2004, p. 35).

Em suma: não estamos resumindo o ensino, nem tampouco a pesquisa em geografia ao conceito de espaço. Contudo, o que quero chamar a atenção é para o risco do empirismo mecanicista que, por vezes, se camufla pelo limitado horizonte da fenomenologia do espaço. Quero dizer: o espaço geográfico é a manifestação da influência da totalidade social histórica e contraditoriamente produzida. Assim como ela (a totalidade), nós não temos o seu pleno acesso pela aparência empírica e fenomênica. Nós somente nos aproximamos da compreensão crítica e, portanto, essencial do espaço e da totalidade por meio da pesquisa que se predisponha a trabalhar com a ciência, com a razão e com o *movimento dialético* entre essência e aparência. Isto porque “o conhecimento da essência só se torna verdadeiramente adequado quando a reflexão chega a descobrir suas leis imanentes” (LUKÁCS, 1979, p. 231). Por isso mesmo é justo falar em totalidade sócio-espacial. Nesse aspecto:

O conhecimento, na medida em que é justo, isto é, total, reflete sempre um conjunto composto de totalidades unidas por laços orgânicos, mas só acede a ele por aproximação. Isto é assim, primeiro porque cada “todo” (cada círculo, para retomar a expressão de Hegel) que o conhecimento toma por objeto (a estrutura econômica de tal país, por exemplo) faz ao mesmo tempo parte de uma totalidade ainda mais vasta, tanto histórica quanto teoricamente, o que significa que objetivamente sua totalidade é relativa. E isto é assim ainda, porque o conhecimento que podemos ter da totalidade é necessariamente relativo, sendo apenas uma aproximação. É somente apreendendo correlações móveis, multilaterais e sempre mutáveis dos elementos, que chegaremos – nos limites de nossas possibilidades historicamente determinadas – a cercar cada vez mais a realidade objetiva. (LUKÁCS, 1979, p. 240-241)

A geografia, bem com a educação, são complexos sociais que conformam totalidades. Todavia, estas totalidades se inserem em uma totalidade maior e mais abrangente a qual somente o estudo histórico e científico pode captar o seu movimento e a sua relação essência/aparência. Isto quer dizer que o espaço geográfico possui seu status de existência e seu caráter ontológico, mas que sua apreensão só está passível de tradução mediante a ciência e a pesquisa. Se apenas viver e sentir bastassem, não seriam necessários o ensino e a pesquisa em geografia. Todavia, entre a vivência em um território de exclusão, por exemplo, e a sua explicação racional e científica em articulação com o todo da sociedade em um determinado momento histórico, se interpõe a *teoria*, no sentido já assinalado de tradução de tendências *essenciais reais e operantes* na objetividade. Aqui reside a importância da educação e da crítica, como veremos a seguir.

## **Educação e Crítica: Qual a Relação?**

Discutir o ensino de geografia deve ser também uma empreitada em refletir, em primeiro plano, sobre a educação, seus limites e suas

possibilidades. Sem tal problematização, muito provavelmente, tenderemos a focar muito mais em questões extremamente particularizantes e supervalorizadas. Tal como procedemos anteriormente, é necessário remontar ao processo de autoconstrução humana. Quando os indivíduos começam a trabalhar e, com isso, transformam a natureza de modo intencional, uma série de outras dimensões se originam com funções distintas no processo de reprodução social.

No caso da educação, trata-se também de um complexo ontológico do ser social, da humanidade, que muda e se transforma em decorrência das modificações da totalidade sócio-espacial na qual se vincula e dinamiza. Por isso mesmo que “para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo” (SAVIANI, 2011, p. 07). A natureza da educação, portanto, consiste no “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2011, p. 13).

Essa *função social* da educação implica na “identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos” e, ao mesmo tempo, na “descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (SAVIANI, 2011, p. 13). Um alerta antes de prosseguirmos: as habilidades, os valores, as ideias, os comportamentos etc. que serão transmitidos e apropriados pelos indivíduos no seu processo de formação humana irão variar de acordo com o momento histórico em conformidade com os limites e as possibilidades reais instaurados pela respectiva totalidade sócio-espacial. Este alerta é importante para não supervalorizarmos a educação no sentido de atribuir à ela uma autonomia absoluta frente ao espaço geográfico e à totalidade na qual atua.

Para o ensino de geografia, creio ser indispensável a compreensão, identificação e transmissão dos conhecimentos geográficos, históricos, ar-

tísticos e filosóficos mais desenvolvidos e elaborados que a humanidade já produziu. Todavia, esta transmissão das formas “mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente” (SAVIANI, 2011, p. 09) necessita ocorrer numa *orientação crítica*, o que implica em refletir sempre em confronto com o conjunto do processo histórico real em seus entraves e suas possibilidades. A teoria baseada no conhecimento científico verdadeiro que apreende a realidade já era apontado como algo importante por Aristóteles, por exemplo:

É acertado, pois, dizer que pela prática de atos justos se gera o homem justo, e pela prática de atos temperantes, o homem temperante; sem essa prática, ninguém teria sequer a possibilidade de tornar-se bom. Mas a maioria das pessoas não procede assim. Refugiam-se na teoria e pensam que estão sendo filósofos e se tornarão bons dessa maneira. Nisto se portam, de certo modo, como enfermos que escutassem atentamente os seus médicos, mas não fizessem nada do que estes lhes prescrevessem. Assim como a saúde destes últimos não pode restabelecer-se com tal tratamento, a alma dos segundos não se tornará melhor com semelhante curso de filosofia (ARISTÓTELES, 1979, p. 71).

Não devemos sacrificar a teoria em nome do ativismo espontaneísta que louva a prática. Por outro lado, trata-se de apreender uma teoria social científica que possibilite compreender a realidade na sua essência. Nesse sentido, entendemos que a função social da escola é a “socialização do saber sistematizado”, isto é, do “conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo”, já que “a opinião, o conhecimento que produz palpites, não justifica a existência da escola” (SAVIANI, 2011, p. 14). Não interessa, pois, ao ensino de geografia pautado numa postura crítica reforçar e não ultrapassar o conhecimento comum. Interessa partir da aparência dos fenômenos (com destaque para o espaço geográfico em sua multidimensionalidade e pluriescalaridade) e apreender as múltiplas interferências e relações que este nível epidérmico do real estabelece com a sua essência em movimento.

Qualquer tipo de ação educativa, inclusive no ensino de geografia, possui “uma fundamentação filosófica”, isto significa que ela possui “uma concepção de mundo, de homem, de história; uma concepção acerca da problemática do conhecimento, da relação teoria-prática, etc.” (TONET, 2005, p. 128). Neste aspecto, é fulcral aos professores de geografia a reflexão sobre a sua atuação: está se transmitindo o que de mais elevado existe no campo dos conhecimentos, ou aquilo que se baseia na imediatividade do real? Tal transmissão está sendo realizada numa postura crítica ou mecanicista? Qual a relação teoria e prática está sendo, efetivamente, refletida e executada?

A teoria social em educação e geografia precisa *traduzir* o movimento essencial do objeto investigado, no que se refere ao seu surgimento, desenvolvimento, estruturação e articulação com outros complexos sociais e com a totalidade. Inclusive este foi o critério utilizado na seleção de autores para a composição deste texto, ainda que muitos deles apresentem profundas divergências teóricas em várias temáticas. O parâmetro não foi a concordância absoluta entre eles, mas sim, a capacidade teórica investigativa em contribuir com a explicitação crítica do espaço geográfico, da educação e da totalidade. Concordamos com o fato de que “uma prática sem uma sólida teoria que a ilumine é uma atividade cega” (TONET, 2005, p. 131). Sendo que uma sólida teoria crítica é “aquela que captura a trama do processo real e permite buscar as mediações adequadas para atingir determinado fim” (TONET, 2005, p. 131). A realidade é, certamente, muito mais viva que a teoria; contudo, a teoria crítica precisa se esforçar por apreender as múltiplas mediações do objeto que estuda com o todo ao longo do processo histórico real.

Trata-se de um desafio necessário no ensino de geografia que congrega dois componentes complementares e indissociáveis: 1) a transmissão dos *clássicos* e; 2) a prática da *crítica* e a *crítica prática*. O clássico “não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente,

ao moderno”, mas sim, é aquilo “que se firmou como fundamental, como essencial” (SAVIANI, 2011, p. 13). Ou seja: os clássicos são aqueles pensadores (no campo das ciências, das artes, da filosofia, da história e da geografia) que elaboraram suas proposições numa perspectiva capaz de traduzir tendências essenciais operantes na objetividade.

A crítica por sua vez, no campo das ciências e do conhecimento teórico, não deve ser confundida com ataques pessoais baseados na arrogância e no ego. Por outro lado, a crítica significa

[...] o exame da lógica do processo social – levando sempre em conta que é um produto da atividade humana – de modo a apreender a sua natureza própria, suas contradições, suas tendências, seus aspectos positivos e negativos, suas possibilidades e limites, tendo sempre como parâmetro os lineamentos mais gerais e essenciais do processo social como um processo de autoconstrução humana. E, na medida em que as teorias são parte integrante deste movimento, criticá-las significa verificar em que medida elas são capazes de captar a natureza daquele processo e em que medida seus acertos, erros, lacunas, etc., são expressão de interesses sociais em jogo (TONET, 2005, p. 54-55).

Criticar, portanto, é algo extremamente necessário na pesquisa e no ensino de geografia. Pelo exercício da crítica, pode-se avaliar em que medida as teorias pedagógicas e geográficas superaram a superficialidade da vida. É preciso sempre partir do fenomênico, mas é preciso “cotejar esse fenomênico com a interioridade ontológica do objeto real e aí então fazer a crítica do fenomênico”, é preciso, pois “desmistificar o fenomênico” (CHASIN, 1988 a, p. 09). Dessa forma,

O empírico é a manifestação fenomênica tópica, ele remete às relações fenomênicas mais elementares e superficiais. E pode aparecer, na maioria das vezes sob forma mistificada. Exemplo de empiricidade: toda descrição, no mais vasto rol possível, a respeito,

por exemplo, de uma comunidade. Descrevo quantas casas, quantos aposentados existem em cada casa, a alimentação, a organização familiar, as doenças, as festas, os cultos, etc. Faço a enumeração exaustiva de todos os dados que sensibilizam os meus órgãos dos sentidos. Eu tenho uma visão empírica das coisas. O concreto é a descrição do quadro da comunidade, mas que chega ao sentido lógico, íntimo da comunidade. Não é apenas o empírico pensado. É o empírico elevado de nível, para além apenas das suas aparências. Não é apenas aquilo que aparece, mas aquilo que está subjacente e que causa o próprio empírico. O iceberg é um exemplo claro disto. O pedaço de gelo que está acima da água é a porção menor do ser que lá existe e o pedaço que está por cima depende do pedaço que está embaixo. Quanto maior for o pedaço que estiver embaixo d'água, tanto menor o de cima. Seu eu fico só no pedaço de cima, me escapa a maior parte do real. Tudo isso são metáforas. O empírico não está fora do concreto, mas o concreto é muito mais amplo do que o empírico. O concreto é essa totalidade, essa integralidade, este em-si capturado pela lógica interna, íntima do objeto. Não uma lógica da minha cabeça conferida ao objeto, mas a lógica do objeto capturada, reproduzida pela consciência. Neste sentido, no meu modo de entender, o melhor modo de dizer o que é dialética é dizer que dialética é a lógica do real. (CHASIN, 1988 a, p. 12)

Aqui reside, inclusive, a premência da apreensão do todo que temos insistido ao longo deste texto. Apenas “a totalidade contém e revela a verdade” (CHASIN, 1988 a, p. 17). O conceito de verdade científica não está ultrapassado e nem deve ser confundido com qualquer tipo de postura dogmática. Afirmar a existência da verdade científica é compreender que o real existe independentemente de nossas consciências e pesquisas, é admitir no uso da razão que existe, de fato, uma distinção entre essência e aparência, enfim, é compreender que as teorias se tornam verdadeiras

ou falsas em conformidade com as demandas sociais nas quais atuam e na sua capacidade ou não de apreender a totalidade que investigam. Vejamos:

Um exemplo: se eu peso minha orelha, corto fora e ponho em cima da mesa, essa orelha em cima da mesa já não é mais orelha. Porque ela se define como orelha enquanto está numa posição dentro do todo que lhe permite ser a especificidade do seu elemento peculiar. A orelha recortada e colocada na mesa, ela não ouve mais, ela perdeu a sua essência. (CHASIN, 1988 a, p. 17)

Chasin retoma aqui o velho ensinamento lukacsiano de que “os processos parciais só são compreensíveis como partes do organismo complexo” (LUKÁCS, 2014, p. 28). A totalidade é sempre processo, dinâmica que interfere e sofre interferência dos complexos que a constituem historicamente. O empírico se refere à uma parcela limitada da totalidade. Por isso o papel da pesquisa na apreensão das mediações que conformam o todo. Esta reflexão é indispensável ao ensino de geografia preocupado com a crítica. A fenomenologia, por exemplo, esbarra justamente neste ponto e acaba por “tomar a experiência imediata fenomênica como o todo real” (CHASIN, 1988 a, p. 18).

O exercício da crítica, no ensino e na pesquisa, não implica a aplicação rigorosa do método que pretende “construir” ou “recortar” o objeto, mas justamente na medida em que mobiliza todos os conhecimentos elaborados para “descobrir o segredo do objeto”, já que “o que se busca na ciência é a substância, ou seja, se busca aquilo que é o fundamental do ente” (CHASIN, 1988 b, p. 60). Deste modo, “explicar é reencontrar a totalidade”, “compreender, capturar intelectualmente alguma coisa é reproduzir conceitualmente uma unidade que é um todo” (CHASIN, 1988 b, p. 72). Qualquer fenômeno tomado isoladamente jamais poderá fornecer as bases essenciais de seu funcionamento e lógica, por isso que “o todo não é uma articulação da mente, mas é uma realidade que a mente reproduz sob a forma de abstrações, que é a única forma que ela é capaz de reproduzir” (CHASIN, 1988 b, p. 72).

Ensinar a disciplina geográfica é algo que demanda estudo, esforço e rigor. É preciso retomar os fundamentos tanto do espaço geográfico, quanto da educação para entendermos de modo mais profundo nossa atuação e nossa ligação com o todo do processo real. Que a prática da crítica e a crítica prática possam contribuir nesse caminho extremamente íngreme e cansativo, porém esclarecedor e necessário em face da defesa integral do gênero humano.

## **Considerações Finais**

Com o presente texto retomamos a importância de compreensão efetiva e essencial do espaço geográfico e da educação. O espaço abriga as formas e os objetos do passado e se configura num processo funcional à produção do presente. A geografia, enquanto complexo social que acompanha o desenvolvimento do ser social, se consubstancia naquela dimensão humana que possui por função, no processo de reprodução social, a produção e reprodução do espaço geográfico. Para demonstrar este entendimento partimos de pressupostos reais e historicamente comprovados: o surgimento do ser social a partir do trabalho. Nesse aspecto, o trabalho pode ser considerado a única categoria que funda a sociabilidade, pois apresenta uma articulação inteiramente nova entre teleologia e causalidade, ou em outros termos, entre consciência e objetividade. Ao estabelecer fins a ser alcançados, a consciência humana passa a ter um papel extremamente ativo na produção da vida em sociedade. Todavia, ao contrário do idealismo, isto não significa que ela possa realizar tudo que imaginar. Caberá à consciência humana articular, refletir e pensar adequadamente os elementos presentes na realidade objetiva para que o fim previamente delineado possa ser atingido.

Demonstramos a relevância de articulação do espaço e da educação com a totalidade social enquanto momento predominante na orientação, nas possibilidades e nos entraves para a atuação dos complexos sociais

que operam na realidade objetiva. A educação, base de qualquer ensino, é a dimensão responsável pela transmissão e apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, ideias, comportamentos etc. necessários para o processo de formação humana. Tais elementos culturais a serem transmitidos e apropriados, mais uma vez, estão em conformidade com o campo de possíveis reais que a respectiva totalidade sócio-espacial oferecer.

Totalidade não é sinônimo de tudo. A totalidade é mais do que a simples soma das partes. A totalidade social é sempre a rede, a malha, a síntese das diversas relações sociais que cada complexo da vida humana (arte, educação, trabalho, política, ciência, geografia etc.) desempenha entre si. Neste sentido, a totalidade apresenta sempre uma herança da dinâmica histórica e abriga as possibilidades para intervenção futura, isto é, ela é sempre “expressão do desenvolvimento histórico passado, da realização de algumas das potencialidades e possibilidades do passado no presente e, também, campo de possibilidade e desafios para o desenvolvimento futuro” (LESSA, 1999, p. 08).

O exercício da crítica, nesse sentido, é indispensável ao ensino de geografia que pretenda desvelar as interações do espaço enquanto todo. Verificar em que medida as teorias conseguem captar e expressar tais dinâmicas é algo extremamente necessário perante uma prática educativa geográfica que se disponha a ensinar para além dos limites do senso comum e que defenda o uso da razão e dos conhecimentos científicos verdadeiros.

## Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross – “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CHASIN, J. **Método Dialético**. Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988 a. Disponível em: [www.orientacaomarxista.blogspot.com](http://www.orientacaomarxista.blogspot.com) Acesso em: nov. 2015.

CHASIN, J. **Superação do Liberalismo**. 1988 b. Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Dep. de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988 b. A transcrição é literal. Mimeo. Disponível em: [www.afoiceeomartelo.com.br/.../Chasin%20-%20Superacao%20do%20Liberalismo.doc](http://www.afoiceeomartelo.com.br/.../Chasin%20-%20Superacao%20do%20Liberalismo.doc) Acesso em: 02 set. 2017.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e socialidade. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo: Ed Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. II Trabalho. In: LUKÁCS, G. **Per una Ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981, p. 11-131. (Tradução Mimeo.de Ivo Tonet, 145p.)

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz/Georg Lukács. Tradução de Gisieh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP, 2006.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras Aproximações. Campinas – SP: Autores Associados, 2011.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I. **Método Científico** – Uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

## CAPÍTULO 03

### **ESPAÇO E TERRITÓRIO: UM DESAFIO AO ENSINO**

Este escrito é parte dos resultados<sup>3</sup> da pesquisa em andamento sobre a especificidade da educação e da dimensão geográfica a partir da história e das contribuições dos clássicos da filosofia, pedagogia e geografia. Nesse sentido, entendemos que um debate fundamental no âmbito do ensino de geografia é a relação entre território e espaço geográfico. Nossa compreensão, para além daquilo que a maior parte do debate desta ciência aponta, é de que o trabalho ainda se constitui como elemento central – porém não único – para a compreensão das relações sociais entre territórios e espaços.

Isso ocorre em razão, fundamentalmente, de dois princípios retirados da análise do processo histórico real: 1º É a partir do trabalho (enquanto relação da sociedade com a natureza para a produção de valores de uso como casas, alimentos, instrumentos etc.) que o ser humano surge na face da Terra. Isto significa que é a partir do trabalho que têm início, propriamente falando, do gênero humano sobre a terra, pois, como iremos demonstrar no próximo item, ele possibilita o surgimento de novas dimensões com funções distintas na reprodução da sociedade (como a educação, a arte, a ciência e, inclusive, os territórios e os espaços etc.).

Além disso, 2º) Na sociedade contemporânea todos os tipos de trabalho e demais atividades estão subordinados aos interesses dos grandes agentes econômicos. Desse modo, territórios e espaços serão impactados pelas demandas do trabalho que vise à reprodução dos lucros nesta forma de sociabilidade.

---

<sup>3</sup> Artigo publicado na Revista Formação Docente, v. 12, n. 01, janeiro/junho 2020.

Importante afirmar que entre o trabalho, os territórios e os espaços; não se interpõe uma relação determinística rígida e hermética. Por outro lado, tanto de um ponto de vista histórico, quanto no que diz respeito à sociedade de hoje, a *totalidade* social é uma mediação inextricável entre estas dimensões, entre estes complexos sociais. Os territórios e os espaços se conformam em totalidades, com dinâmicas e legalidades próprias e específicas; contudo, também interagem *reciprocamente* com a totalidade da sociedade. A totalidade é muito mais do que a simples somatória de seus componentes: ela é a síntese, a qualidade, a rede de mediações que resulta das múltiplas relações dos complexos sociais. Nesse sentido, ela abriga elementos do movimento histórico passado e, ao mesmo tempo, apresenta algumas potencialidades para o presente e se configura enquanto campo de possibilidades para a atuação e a orientação futura (LESSA, 1999).

Essa relação entre trabalho, território e espaço, com a mediação da totalidade, é abordada de modo incipiente nas análises geográficas, salvo raríssimas exceções como o caso de Santos (2006) que, entretanto, ainda assim, não apreendeu a influência do momento predominante que a totalidade exerce no espaço e nos territórios por meio do trabalho de hoje, apesar de suas grandes contribuições à teoria geográfica crítica.

Com efeito, ao invés de retomarmos toda a trajetória dos debates conceituais sobre espaço e território na geografia, entendemos que é preciso recorrer, primordialmente, ao processo histórico de autoconstrução humana e, a partir disso, compreender a natureza e a função social destas categorias em destaque em suas articulações com o trabalho e com a totalidade. É nessa perspectiva que demonstramos, no próximo item, a gênese histórica e ontológica do ser social, isto é, da humanidade para que, na próxima parte, possamos avançar para o entendimento da natureza das mediações do trabalho com os espaços e os territórios por meio da síntese do todo social. Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC - Brasil.

## **Trabalho e Totalidade: Campo de Possibilidades para o Espaço e os Territórios**

Lukács (1981) ao analisar o “salto ontológico”, isto é, o salto qualitativo e essencial do ser meramente orgânico ao ser social, argumenta que para expor em termos ontológicos (ou seja: reais, existentes na objetividade) as categorias inerentes do ser social e o seu desenvolvimento e vinculações com outras categorias é preciso começar analisando o trabalho. Todavia, adverte que as categorias só podem ser compreendidas a partir da “estrutura global do nível de ser de que se trata”, ou seja, não é possível considera-las de modo apartado uma das outras e as suas relações fora de uma totalidade social. Não é, portanto, uma operação que resume tudo ao trabalho, mas o considera, no mínimo em sua vinculação inextricável com a “linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho”, permitindo explicitar “novas relações da consciência com a realidade e, portanto, consigo mesma etc.” e, com isso, “nenhuma categoria pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente” (LUKÁCS, 1981, p. 01).

O salto ontológico indica a passagem de um nível de ser a outro com qualidades e interações novas. O trabalho, no salto ontológico que originou o ser social possui sua essência no fato de que “ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estádios são produtos da auto-atividade do homem” (LUKÁCS, 1981, p. 04). Lukács (1981) explica que o “acento” no trabalho se baseia no fato de que todas as outras categorias já possuem um caráter puramente social e se desdobram no âmbito do ser social já constituído, enquanto que, apenas no trabalho há um caráter intermediário: “uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.) como orgânica” e uma interrelação que “assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 1981, p. 04). Justamente em face disto é possível afirmar que “no trabalho estão gravadas *in nuce* (em germe) todas as de-

terminações que, como veremos, constituem a essência de tudo que é novo no ser social” e, assim mesmo, o trabalho pode ser considerado o “modelo do ser social”, o “fenômeno originário” (LUKÁCS, 1981, p. 05).

Lukács adverte que o salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser em que a fase inicial apresenta certas possibilidades de fases sucessivas e superiores (sendo este o caráter de continuidade) e, também, por uma ruptura “com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 1981, p. 06). A partir do trabalho se realiza uma “posição teleológica” que irá originar uma nova objetividade, se tornando “modelo de toda práxis social”.

O trabalho apresenta uma síntese entre teleologia e causalidade. A causalidade é entendida enquanto um “princípio de movimento autônomo que repousa sobre si mesmo” e a teleologia é uma “categoria posta”, já que “todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece fins” (LUKÁCS, 1981, p. 09). Lukács (1981) afirma que o pôr teleológico do trabalho significa que este se consubstancia enquanto “momento efetivo da realidade material” e, assim, a teleologia só pode “adquirir realidade quando for posta”. O social, deste modo, “se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna uma nova espécie autônoma de ser, somente porque há nele este operar real do ato teleológico” e, em razão disto, “só é lícito falar do ser social quando se compreende [...] o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo [...] isto é, na contínua realização de posições teleológicas” (LUKÁCS, 1981, p. 13).

Este processo entre causalidade e teleologia também precisa ser analisado, sempre de acordo com Lukács, a partir da “posição dos fins” e a “busca dos meios”. A busca dos meios é necessária para efetivar a posição dos fins e, para que ela se manifeste, é preciso um “conhecimento objeti-

vo” das objetividades e dos processos que se articulam para o fim posto. A busca dos meios possui uma dupla função: 1) evidenciar o em si dos objetos em questão “independentemente de toda consciência” e, 2) descobrir neles “aquelas novas conexões, novas possíveis funções” que irão possibilitar efetivável o fim teleologicamente posto. Ou seja: “no ser-em-si da pedra não há nenhuma intenção, e até nem sequer um indício da possibilidade de ser usada como faca ou como machado; mas só pode adquirir uma tal função de instrumento” quando suas “propriedades objetivamente presentes, existentes em si sejam adequadas para entrar numa combinação tal que torne isto possível” (LUKÁCS, 1981, p. 15).

A posição da finalidade se baseia numa necessidade social, numa necessidade humana e, para que ela se torne a posição de um fim é preciso que realize a “busca dos meios”, caso contrário “a finalidade permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho, como, por exemplo, o voo foi um sonho desde Ícaro até Leonardo e até um bom tempo depois” (LUKÁCS, 1981, p. 19). Com isso, tem-se que no trabalho, exclusivo ao âmbito do ser social, há sempre a produção do novo. Aqui reside, por exemplo, a gênese do complexo que mais tarde se desenvolverá e será denominado de ciência, ou seja, na apreensão da causalidade natural e de suas legalidades próprias para que a consciência capte esta dinâmica e possa efetivar o pôr teleológico, assim “a busca dos objetos e processos na natureza, que precede a posição da causalidade na criação dos meios, consiste [...] em atos cognitivos reais, e por isso traz em essência, objetivamente, o início, a gênese da ciência” (LUKÁCS, 1981, p. 21).

Importante notar aqui, por exemplo, que apenas no trabalho pode o homem se diferenciar dos demais animais em razão do papel ativo da consciência, como já assinalamos, em apreender os traços mais essenciais da realidade objetiva para atingir determinado objetivo e, também, na mudança, ou seja, na transformação que ocorre nos próprios indivíduos e no gênero. Com os atos de trabalho, os seres humanos ampliam seu rol de possibilidades para transformar a natureza. Indivíduo e sociedade

passam a contar, agora, com um conjunto de conhecimentos, comportamentos, técnicas etc. que antes não possuíam e podem surgir, portanto, novas necessidades e novas possibilidades.

É nesta dinâmica que podemos entender o fato de que “os atos do trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos” (LUKÁCS, 2013, p. 159). Animal nenhum, além do ser humano, consegue efetivar um ato de trabalho, justamente por não ter desenvolvido a capacidade de efetivar um pôr teleológico que, de fato, desse início a um processo crescente de desenvolvimento e de sociabilidade.

Com este processo, surgem novas dimensões/complexos sociais com funções distintas no processo de reprodução da sociedade. Caberá à educação, por exemplo, a transmissão de ideias, valores, comportamentos, habilidades etc.; a ciência terá por função social o conhecimento verdadeiro da essência do objeto investigado etc. Desse modo, nunca se trata de resumir tudo ao trabalho. Ele aparece como fundamento ontológico por apresentar uma nova relação entre consciência e realidade, um efetivo pôr teleológico, como demonstramos. Entretanto, entre trabalho, espaço e território se interpõe a totalidade enquanto síntese qualitativa e essencial das múltiplas determinações sociais. Sobre isto, demonstraremos a seguir.

## **Território, Espaço e Totalidade**

Partimos, anteriormente, da gênese do processo de autoconstrução humana como procedimento necessário para ficarmos sempre atentos ao processo histórico real, inclusive, no que concerne à constituição do espaço geográfico e dos territórios. Partiremos das análises de Santos (2006; 1999 e 1998), pois entendemos que este autor demonstrou entendimentos ontológicos, isto é, respaldados na essência do movimento da realidade social no tratamento do espaço e do território e, além disso, apresentamos nosso entendimento das mediações que lhe escapou nestes relacionamentos.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que à medida em que os seres humanos transformam intencionalmente a natureza para atender uma necessidade social, tem início o processo de produção do espaço geográfico. Não existe produção social, em sentido amplo, sem produção espacial. Em segundo lugar, com a complexificação dos grupos e do próprio espaço, surgem os distintos territórios, com suas particularidades, identidades, relações de poder, cultura e conflitos. Vejamos com mais calma.

O espaço geográfico irá ser composto por um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação” (SANTOS, 2006, p. 39), não tomados separadamente, mas sempre, em articulação e interação mútua. Abrigos, locais para rituais sagrados, festividades, guerras, enterros etc. formam objetos geográficos animados pelas ações, pelas relações humanas que se transformam ao longo do tempo, transformando ainda o próprio espaço. Por isso mesmo que “os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2006, p. 39).

Importantíssimo notar já aqui que “Toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2006, p. 43). Isso significa que o espaço interfere na totalidade social e esta, por sua vez, coloca o campo de possibilidade para o espaço se desenvolver. Se temos um espaço geográfico desigual em nossas sociedades isto não se explica pelo espaço por si mesmo, mas no seu relacionamento com a totalidade social contemporânea. Esta é uma consideração tratada apenas periféricamente por Santos (2006) e merece nossa atenção para o entendimento das relações entre trabalho, espaço e território.

Dessa forma, para professores e pesquisadores de geografia interessa apreender os movimentos, as mediações e, igualmente, aquelas dimensões que exercem o papel de momento predominante, ou seja, as

interações que, de fato, colocam as possibilidades para o desenvolvimento de outras. Este é o caso do trabalho na atualidade que, subordinado aos interesses dos grandes agentes econômicos, utiliza a totalidade social contemporânea como mediação inescapável para a produção do espaço e os usos dos territórios, já que o território precisa ser analisado por suas relações sociais e históricas, seus usos passados e atuais, como apontado corretamente por Santos (1998; 1999).

Em outras palavras: “O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções”, pois “sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores” (SANTOS, 2006, p. 46). O espaço geográfico da sociedade em que vivemos, altamente produtivo, articulado, fragmentado (em alguns casos) perverso, desigual, rico e pobre ao mesmo tempo corresponde às demandas da totalidade, pois “Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício” (SANTOS, 2006, p. 62).

Do ponto de vista do método, igualmente a categoria da totalidade é importante, pois cada complexo que a consubstancia só se torna explicável e compreensível no seu relacionamento com o todo. Espaços e territórios, por assim dizer, não se explicam sozinhos, mas juntos ao movimento total da sociedade, no que apresenta de continuidade com o passado, naquilo que rompeu ou foi destruído, naquilo que está sendo efetuado em função da lógica do presente e, ainda, no que poderia ser construído a serviço de outra lógica, com outros objetivos sociais. Em razão disto que para “alcançar o conhecimento, a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação” (SANTOS, 2006, p. 63).

Podemos partir da análise de um território, porém realmente o entenderemos nas suas articulações com o espaço geográfico e com a

totalidade social na qual interage. Um exemplo: o território indígena de uma tribo precisa ser analisado em suas relações sociais, no modo como produzem sua cultura, suas tradições, seu trabalho e, ao mesmo tempo, em articulação com o espaço agrário pleno de desigualdades e conflitos que, por sua vez, se articula com a atual totalidade da sociedade no que diz respeito ao uso das técnicas, às relações de poder, às decisões de controle etc. Em razão disto que a pesquisa é sempre aproximativa, pois quanto mais se investiga, mais determinações, mais relacionamentos apreendemos daquele território sob enfoque com o espaço e o todo da sociedade.

Os territórios, bem como o espaço geográfico; constituem e são constituídos por objetos, por técnicas, por sistemas, enfim, por materialidades do passado e do presente; todavia, são as relações sociais que aí se desdobram e que sofrem influência dos próprios territórios e espaços, que permitem a sua dinamicidade (SANTOS, 2006). Desse modo, a produção social – em sentido amplo – coloca, por meio da totalidade, os campos de possibilidades reais e concretas para o processo de produção dos territórios e espaços geográficos. Produção social entendida enquanto produção das condições objetivas e subjetivas da vida em sociedade (LUKÁCS, 1981). Não apenas a produção do trabalho e da economia propriamente falando, mas sim, a produção da cultura, das ideologias, dos valores, das artes, enfim, de todos os complexos que consubstanciam a existência humana. Este é um ponto fundamental na dialética trabalho-território-espaço. O trabalho é o fundamento ontológico – isto é, ineliminável e *fundante* – da totalidade social e por diversas *mediações* extremamente complexas e desenvolvidas ele faz com que a produção social instaure o campo de atuação para o território e o espaço.

Dessa forma, é sempre a ação humana, na produção da própria vida (produção objetiva e intelectual) que movimenta o espaço e o território. É a “sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida” (SANTOS, 2006, p. 70). O espaço será a “síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”

(SANTOS, 2006, p. 71). Espaço implica num sistema. Sistemas de formas, de objetos e de ações, de dinâmicas herdadas do passado, transformadas no presente e basilares para o futuro. Os territórios são espaços delimitados, eles congregam várias dimensões sociais, todavia, em geral, algumas delas se destacam dentre as demais em função do processo histórico de sua constituição. Territórios indígenas congregam cultura, valores, tradições, crenças, hábitos, saberes etc. Territórios do tráfico de drogas numa cidade, por exemplo, congregam o comércio destas substâncias alucinógenas; territórios de decisão e de poder se estruturam no comando fluído dos grandes agentes econômicos que se apropriam e modificam os espaços e os territórios a partir de seus interesses; etc.

Eis porque fora do todo não há visão abrangente, não há explicação ampla, apenas fragmentos superficiais da realidade. A totalidade, como já afirmamos, é mais que a mera soma das partes, pois se constitui enquanto síntese, enquanto rede de mediações entre os diversos complexos sociais, espaços, territórios e paisagens que a anima. A totalidade “é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2006, p. 74). O entendimento de Santos (2006) está correto, contudo, o movimento se dá por interferência predominante, ou seja, um dos complexos sempre irá exercer o momento predominante por colocar os rumos para os outros atuarem. Por não existir sociedade sem produção social em sentido amplo e, também, pelo fato de que a totalidade é sempre maior que a mera conjugação de suas dimensões, ela irá colocar os rumos, as bases e os fundamentos para a produção dos espaços e territórios. Não há determinismo mecanicista algum aqui. Trata-se apenas dos rumos e das possibilidades, nada mais. Se a produção social, por exemplo, é marcada por desigualdades estruturais, teremos, inevitavelmente, a produção de um espaço geográfico também com desigualdades. Um espaço geográfico que ofereça, concretamente, reais oportunidades de acesso a todos os indivíduos, possui como condi-

cionante, incontornável, um processo de produção social que viabilize uma totalidade sem qualquer tipo de desigualdade estrutural.

A totalidade não é uma categoria inventada pela subjetividade dos pesquisadores e filósofos. Ela é real, existente. Nosso desafio é apreendê-la nas múltiplas relações com os espaços e territórios que estudamos. Ou seja: “a ordem buscada não é aquela com a qual organizo as coisas no meu espírito, mas a ordem que as coisas, elas própria, têm. A isso se chama totalidade concreta” (SANTOS, 2006, p. 75). É “a realidade do todo o que buscamos *apreender*” (SANTOS, 2006, p. 75, destaque nosso). Os espaços e os territórios se constituem, cada um, em *totalidades próprias*, todavia, interagem com uma *totalidade maior*, mais ampla, fundada pela *produção social* (incluindo o trabalho, a arte, as ideologias, ciência etc.).

Vários agentes dinamizam e contribuem no processo de produção do espaço geográfico e dos territórios: o Estado; as empresas; as instituições; os indivíduos etc. Entretanto, temos que admitir, pois a realidade nos explicita isto cotidianamente, que nem todos possuem o mesmo nível de acesso nesta produção geográfica e, igualmente, na apropriação que delas fazem. Em cada particularização geografizada da totalidade, algum agente social irá se destacar no processo de produção e apropriação do espaço e dos territórios. Este processo, por sua vez, só se tornará compreensível se levarmos em conta a produção social e as possibilidades presentes naquela totalidade em questão, tanto no que se refere às suas desigualdades estruturais, quanto no que diz respeito às tomadas de decisão.

Por isso mesmo, o alerta de Santos (1999) de que no estudo dos territórios, devemos investigar o seu uso, continua válido. Os territórios são totalidades formadas a partir do espaço geográfico e que, ao mesmo tempo, interferem diretamente no próprio espaço. Os territórios se relacionam entre si e com o espaço, as paisagens e as regiões. Eles apresentam várias dimensões em sua constituição, porém, como já afirmamos, em geral, uma ou mais acaba se destacando na sua particularidade, permitindo,

inclusive, a sua identificação: território da comunidade “X”; território do assentamento “Y” e assim por diante. Importante notar que o território não pode ser resumido à apenas uma delimitação por área. Certamente os territórios possuem uma fronteira, nem sempre explícita, nem sempre fixa, nem sempre fácil de ser apreendida. Todavia, como já alertamos, não é isto que define os territórios, pois eles são totalidades que *se expressam por identidades*, por *particularizações geográficas* passíveis de reconhecimento coletivo. Nos territórios existem cultura, educação, arte, relações de poder etc. Porém, em cada caso, veremos *a expressão particular da totalidade e do espaço* nos próprios territórios. Esta expressão ao confluir com determinada territorialidade ganha nova significação, novos arranjos e processos, fazendo com que os territórios produzam sua identidade, destacando algum de seus elementos de modo mais predominante.

Num mesmo espaço geográfico podem existir distintos territórios que se articulam entre si. As suas fronteiras não são sempre claras e precisas. Podemos afirmar que um território termina onde a sua territorialidade perde força perante outra territorialidade. O território de uma comunidade urbana, por exemplo, não acaba propriamente nos limites dos bairros, pois sua influência pode ser maior do que estes ou, inclusive, menor. Algumas comunidades podem estender suas territorialidades para áreas muito distantes, ao mesmo tempo que, em outros casos, pode ter seu território invadido por territorialidades distantes daquele local. Mais uma vez isto nos mostra que não é a delimitação oficial, jurídica ou por área que determina aquilo que é ou não um território. O critério mais apropriado são *as relações sociais em suas espacializações*, na *dinâmica de identidade* presente em cada território. Por isso que “o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 1999, p. 08). É sempre, pois, “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1998, p. 15).

Portanto, na dialética trabalho-território-espaço é preciso apreender e traduzir em nível científico: 1) a *geografização da totalidade* social; 2) a dinâmica de *particularização espacial*; 3) a *expressão de identidade* de cada processo de territorialização e de cada território e; 4) as *múltiplas relações* dos territórios entre si, com o espaço e com a própria totalidade. Para que possamos captar esses movimentos elencados é imprescindível o estudo do trabalho em sentido amplo, como fundamento ontológico da vida social e, ao mesmo tempo, o trabalho na presente sociedade. Novamente frisamos que não se trata de resumir tudo ao trabalho, mas de apreender a base da produção social e da totalidade, aquilo que se conformará em tendência dominante e aquilo que é provisório, o efêmero e fenomênico e o essencial. Concordamos com a ideia de que “em nosso tempo, renova-se a importância do fator trabalho” e que essa “nova geografia do trabalho é um dado importante no entendimento da sociedade atual” (SANTOS, 1998, p. 18).

Territórios e espaços interagem entre si e com a totalidade social. Porém, as bases e as possibilidades nas quais ocorrerão tais interações serão fundadas pelo trabalho, pela produção social com a *mediação* inescapável do todo.

## Considerações finais

Com o presente texto retomamos um debate essencial para a pesquisa e para o ensino de geografia: a relação, a determinação recíproca, ou seja, a dialética entre trabalho, espaço e território. Afirmamos que para entender esta dinâmica em primeiro lugar devemos partir do processo histórico de autoconstrução humana e não propriamente da história do debate conceitual. Os conceitos são importantes quando compreendidos à luz do processo histórico real. Os conceitos e as categorias devem se conformar em *traduções essenciais* de dinâmicas reais e existentes.

Nesse sentido, partimos do fato de que os seres humanos se tornam membros do gênero humano quando começam a desempenhar re-

lações sociais, comunicação e atos de trabalho. Isto significa que surgirá, no ser social, um efetivo *pôr teleológico*, ou seja, uma articulação inteiramente nova entre consciência e realidade. Para atingir determinado objetivo e atender uma determinada necessidade social, a consciência humana precisará refletir e analisar os elementos da objetividade tais como eles são em si mesmos. A partir disso, conseguirá objetivar algo inteiramente novo, algo exclusivo da ação humana teleologicamente orientada: uma vara, um machado, um abrigo etc. Este processo colocará as bases para o surgimento de novos complexos/dimensões sociais com funções distintas na reprodução histórica da sociedade.

Esta será a base ontológica (histórica e ineliminável) da produção do espaço geográfico e dos territórios e, inclusive, da própria totalidade social. O espaço não pode ser encarado apenas como receptáculo das ações humanas, pois, igualmente ele sofre interferência e interfere no movimento do todo social. Por isso mesmo a proposição de Santos (2006) do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, em nosso entendimento, continua uma *tradução intelectual* válida deste complexo que existe na realidade: o espaço. O território, por sua vez, são espaços delimitados, são particularizações espaciais da totalidade social. Os territórios se relacionam entre si, com o espaço, as paisagens, as regiões e, ainda, a totalidade. Os territórios são passíveis de serem apreendidos nas suas relações sociais, espaciais e na expressão de sua identidade, no uso, como alerta Santos (1998).

Porém, um ponto que falta na maior parte das pesquisas geográficas é a questão da predominância dos momentos nesta relação entre trabalho, território e espaço. O trabalho, junto com a *produção social* (sempre em sentido amplo, pois deve envolver a produção objetiva e subjetiva da existência humana) utilizam a totalidade (enquanto *rede qualitativa de interações sócio-espaciais*) como *mediação* para a criação das possibilidades, dos limites e dos entraves no processo de produção dos

espaços e dos territórios. Esta compreensão é de suma relevância, pois é uma lógica existente e operante na realidade objetiva. Se abandonarmos de nossas análises as interferências da totalidade social e a maneira como o processo de trabalho e de produção social ocorrem, muito provavelmente, cairemos no idealismo, tentaremos exigir da realidade algo que ela não pode oferecer, entraremos numa “espécie de subjetivismo compulsivo que tenta derreter a realidade e nesse sentido [...] induz a grandes ilusões” (CHASIN, 2018, p. 14).

## Referências

CHASIN, J. Crise Contemporânea e Socialismo Necessário. **Revista GESTO-Debate**, Campo Grande – MS, vol. 11, n. 01, p. 01-23, 2018.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e socialidade. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

LUKÁCS, G. Il Lavoro. In: LUKÁCS, G. **Per una Ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981, p. 11-131. (Tradução Mimeo.de Ivo Tonet, 145p.)

SANTOS, M. O retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

SANTOS, M. **O Dinheiro e o Território**. Transcrição da Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999, proferida em 15/3, p. 07-13.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP, 2006.

## CAPÍTULO 04

### EM DEFESA DO REALISMO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

O ensino de geografia<sup>4</sup>, preocupado com a transmissão e apropriação do conhecimento científico mais desenvolvido (SAVIANI, 2011), implica uma articulação perante a sociedade e os indivíduos: ou irá privilegiar o debate conceitual de suas categorias e conceitos tomados autonomamente, ou, por outro lado, poderá reconstituir o processo de autoconstrução humana e a articulação da geografia e seus componentes com esta dinâmica histórica real. No primeiro caso, teremos uma *centralidade do sujeito*, isto é, das várias definições e discussões conceituais em primeiro plano e a história, o humano e a sociedade ficarão secundarizados. No segundo caso, podemos perceber a ligação entre os *conceitos e a vida*, não como uma relação determinista mecânica direta, mas como uma *reciprocidade dialética*, na qual os conceitos e teorias são expressões subjetivas de dinâmicas reais e concretas.

É nesse segundo caminho que acreditamos que o ensino de geografia deva se pautar: na análise de seus conceitos e categorias à luz do conjunto do processo histórico real. História, totalidade, função social e particularidades que ajudam a compreender o espaço geográfico, suas regiões, territórios e locais. Trata-se, com isso, da defesa do realismo.

Importante já afirmar, logo no início, que por realismo não estamos defendendo uma rendição ante a fragmentação caótica de elementos esparsos presentes na realidade. Não estamos cedendo à análise simplista da aparência mais imediata e fenomênica dos processos sociais, mas sim, o realismo enquanto reflexo – no *sentido ontológico* – necessário dos *movimentos essenciais* de uma determinada época em articulação com a sua

---

<sup>4</sup> Texto publicado na Revista Germinal, v. 12, n. 03, dez. 2020.

totalidade social, entendida enquanto síntese dinâmica das várias interações entre as dimensões que compõem a vida humana, como presente nas elaborações de Lukács (2013).

Abandonando a realidade em sua processualidade história enquanto procedimento indispensável para a produção de conhecimento e para a intervenção prática, muito provavelmente, o idealismo se torna inevitável enquanto ilusão de que a consciência possa operar de modo autonomamente absoluto em face da objetividade. Nesse aspecto, apresentamos a seguir as articulações do espaço geográfico com a sociedade e, num segundo momento, as linhas gerais do realismo de perspectiva ontológica em suas contribuições para o ensino e, por fim, nossas considerações finais a respeito desta importante reflexão que é, infelizmente, tão rara nas pesquisas e na prática docente.

O ensino de geografia precisa trabalhar com o que de mais elaborado existe no campo das ciências, das artes, da filosofia e da história; ao mesmo tempo em que deve realizar a crítica das teorias e dos discursos à luz das tendências essenciais presentes na realidade ao longo do tempo. Aqui a importância das formulações da Pedagogia Histórico-Crítica e, também, de Lukács. Este é um grande desafio que temos a lidar do ponto de vista humano-genérico, já que “uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um mero exercício acadêmico, mas para dominá-lo” ela deve “tentar dominar o futuro para o Homem, isto é, para todos os homens e não só para um pequeno número deles” (SANTOS, 2004, p. 261).

## **A Produção Social do Espaço**

É preciso, no ensino e na pesquisa, considerar a geografia sob um duplo aspecto: 1) enquanto complexo social constituinte da vida humana e; 2) enquanto ciência especializada. Enquanto complexo social, a geografia se origina a partir do momento em que os seres humanos começam a transformar a natureza de modo intencional para o atendimento

de uma determinada necessidade social (fabricar um instrumento, construir um abrigo, elaborar um arco e flecha etc.). Trata-se da geografização do mundo natural: uma determinada porção da natureza sofrerá diretamente a ação humana e, com o processo histórico, permitirá a complexificação e o surgimento de lugares, territórios, regiões e do próprio espaço geográfico. Nesse primeiro entendimento, é importante considerar que a “práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária das imposições espaciais” (SANTOS, 2004, p. 172).

Enquanto ciência especializada a geografia trata da espacialização, das multiterritorialidades, dos lugares e das regionalizações que expressam os processos geográficos em suas articulações com a sociedade e com os fenômenos naturais, bem como as influências destes sobre o gênero e as individualidades.

Em ambos os casos, seja como complexo social, seja como ciência; a geografia conforma uma totalidade própria e, ao mesmo tempo, interage com a totalidade consubstanciada pelo conjunto da sociedade em suas múltiplas determinações. A totalidade social é sempre o resultado qualitativo, ou seja, a malha de mediações entre os complexos sociais em suas mais variadas relações. Portanto, é historicamente construída e transformada. O movimento histórico perfaz o movimento geográfico perante as mutações da sociedade. Novas relações de trabalho, novas interações técnicas, novos objetos geográficos. Aspectos objetivos e espirituais que interagem entre si, sob o campo de possibilidades colocados pela realidade em sua essencialidade. Aliás, o próprio Hegel já alertava que:

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natu-

reza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários (HEGEL, 1992, p. 22).

O espaço geográfico pode ser entendido como produto e produtor de uma determinada totalidade social. Ele congrega as ações territoriais, locais e regionais em suas dinâmicas sob as tendências gerais instauradas pela sociedade enquanto todo e, igualmente, as influencia e as modifica. O espaço é “simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas” (SANTOS, 2004, p. 163).

O realismo, na busca pela essência dos fenômenos estudados, contribui no ensino de geografia, pois: “a interpretação da realidade ilumina seus conflitos latentes, o que impõe desafios para sua compreensão [...]” (CARLOS, 2007, p. 02). Contradições e movimentos históricos que ajudam a produzir e são influenciados, dialeticamente, pelo próprio espaço, já que “o espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares” (SANTOS, 2004, p. 153). O processo de produção do espaço, historicamente determinado e em modificação em face da totalidade que atua, é o foco privilegiado da compreensão da geografia enquanto complexo social ontológico à humanidade. Não se trata de uma escolha arbitrária. Ao contrário, concordamos com o fato de que a “base do conhecimento e da interpretação da realidade espacial não pode, pois, ser encontrada nas sensações ou na percepção. Tal base é sem substância, pois ela é falsa. Só através de sua própria produção é que o conhecimento do espaço é atingido” (SANTOS, 2004, p. 161).

Aqui é preciso cuidado na análise: o espaço é uma totalidade que interage e influencia reciprocamente a totalidade social na qual se insere. Ele possui uma função social particular, algo inerente à sua própria natureza e legalidade. A autonomia do espaço perante a totalidade social maior

na qual se encontra é sempre uma autonomia relativa e nunca absoluta. O espaço geográfico da atualidade, extremamente desigual e regido pelos interesses do mercado, é um claro exemplo de que a dinâmica geográfica atua perante os limites, possibilidades e entraves colocados pela sociedade enquanto todo. Esta é uma importante lição do realismo de tipo ontológico ao ensino de geografia. Nesse aspecto, importante notar que:

Se não revelam traços humanos essenciais, se não exprimem as relações orgânicas entre os homens e os acontecimentos, a relações entre os homens e o mundo exterior, as coisas, as forças naturais e as instituições sociais, até mesmo as aventuras mais extraordinárias tornam-se vazias e destituídas de conteúdo (LUKÁCS, 1965, p. 58)

O ensino de geografia, a partir da discussão sobre o espaço geográfico, deve prezar por levar em conta: 1) O *aspecto relacional* de causa e efeito; 2) O *caráter processual e histórico*; 3) A *prioridade ontológica da totalidade* e; 4) as *desigualdades estruturais* na apropriação e produção do espaço. Estes elementos, de ordem ontológica (existentes na realidade) e, portanto, realistas; em nosso entendimento, precisam ser considerados no ensino de geografia numa orientação que objetive desmistificação do espaço geográfico e, portanto, que defenda a busca pela *essência* do espaço.

O *aspecto relacional* nos mostra as interferências que a produção social do espaço sofre e as que realiza nos demais complexos que conformam a sociedade. O seu caráter *processual e histórico*, nos indica apreender os traços de continuidade e os traços de ruptura do espaço com modos de produção anteriores e com as manifestações concretas (relação *essência/aparência*) em cada lugar; aquilo que se manteve, aquilo que se transformou, aquilo que se superou em função do que? Perante quais demandas sociais? Na análise dos fenômenos e processos geográficos é preciso buscar entender aquilo que é *causa* e aquilo que é *efeito* e a ligação entre ambos. Por exemplo: a destruição ambiental existe na realidade contemporâ-

nea. A causa não está apenas na consciência das pessoas, mas na maneira como nós, enquanto humanidade, nos relacionamos com a natureza para a produção das condições materiais necessárias para a vida em sociedade. Como esta relação é marcada por uma desigualdade de estrutura, de raiz, todo o resto será impactado, incluindo, os recursos naturais. Balzac já alertava sobre isso ao afirmar em seu conto que “Nem o pintor nem o poeta nem o escultor devem separar o efeito da causa, que invencivelmente estão um no outro. A verdadeira luta está aí!” (BALZAC, 1992, p. 15).

A categoria da *totalidade*, entendida enquanto categoria existente na realidade e não criada de modo isolado pela subjetividade humana, apresenta uma enorme importância no ensino de geografia. O próprio espaço precisa ser entendido enquanto uma totalidade própria que estabelece múltiplas determinações com a totalidade da sociedade em que se movimenta. Nesse aspecto, o momento predominante é sempre da totalidade social. Isto significa que ela irá colocar os rumos, as possibilidades, os limites e os entraves para o espaço geográfico se desenvolver e atuar. O espaço sofre interferência e interfere diretamente, mas as *oportunidades* reais e concretas são dadas pela síntese maior das interações de todos os complexos (educação, arte, ciência, trabalho etc.) entre si: a totalidade.

As *desigualdades estruturais* no espaço geográfico são importantes para entender como o próprio espaço é, ao mesmo tempo, receptor das desigualdades sociais produzidas pela totalidade social e, ainda, como ele mesmo ajuda a produzir tais desigualdades. Trata-se de uma reflexão que também leva em conta as apropriações do espaço pelos diferentes indivíduos e classes. Isto significa que “o estudo do espaço exige que se reconheça os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho” (SANTOS, 2004, p. 262).

O realismo no ensino de geografia não é um exercício escolástico por si mesmo, mas em defesa do humano. Isto é: a defesa da necessida-

de de produção de “um espaço, natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado” (SANTOS, 2004, p. 267).

Se não pesquisamos a fundo estes processos, poderemos nos vencer pelo derrotismo imobilista de que nada pode ser feito ou, então, acreditaremos em grandes ilusões sem respaldo real, colocando sobre a educação tarefas que ela não pode realizar, ou seja, supervalorizando-a de modo ingênuo e apressado. Para não incorrer nestes dois extremos, entendemos que a perspectiva ontológica, com base no realismo pode ajudar em tal empreitada extremamente necessária. A educação escolar é o *locus* por excelência do processo de ensino e de aprendizagem nesta sociedade. Isto significa que, de um ponto de vista humano-genérico, no ensino de Geografia (tema aqui em debate) é fundamental a transmissão das objetivações intelectuais mais desenvolvidas pela humanidade historicamente. Este processo de transmissão e assimilação dos clássicos como defende lucidamente Saviani (2011) precisa se basear numa postura crítica ontológica, respaldada na realidade em sua essência, ou seja, o *realismo ontológico*.

## **Perspectiva Ontológica: Fundamento Necessário do Realismo Autêntico**

Durante a maior parte da história da humanidade, pensemos no período do escravismo e do feudalismo, o conhecimento produzido baseou-se numa perspectiva ontológica. Com o surgimento da sociedade moderna tem início uma perspectiva gnosiológica. A primeira trata de considerar o foco, no processo de produção do conhecimento, no *objeto*. Isto significa que todos os pensadores do escravismo e do feudalismo, guardadas as enormes discrepâncias que apresentam entre si, tinham como preocupação primeira a compreensão do que é a realidade: o que é o ser. Uma vez que entra em cena o capitalismo, a partir de Descartes,

aproximadamente, tem origem a perspectiva gnosiológica que passa a centrar o foco da análise no *sujeito*.

A preocupação com o objeto fica relegada a um plano secundário e inferior. O sujeito aparece como o polo regente do processo de conhecer. A pergunta agora não é mais o que é o ser e a realidade, mas sim, como deve a razão operar para conhecer, como devemos conhecer, quais as “regras” a serem “aplicadas” para o conhecimento.

Com efeito, o realismo não deve ser confundido, portanto, com a captação do caos de fragmentos que conformam a realidade social. Não é o sujeito do conhecimento que deve “colocar” uma ordem nos dados sociais, mas ao contrário, ele deve extrair do movimento real suas dinâmicas próprias e seus processos efetivos ao longo da história.

Todos os complexos sociais (geografia, arte, educação, ciência, política, ideologia etc.) possuem uma *dependência ontológica*, uma *autonomia relativa* e uma *determinação recíproca* para com o trabalho e a totalidade (TONET, 2013), ou seja, em última instância eles não poderiam existir se não fosse a capacidade humana em efetivar atos de trabalho. Não o trabalho em alguma forma específica de sua manifestação concreta, mas sim, o trabalho enquanto intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza para a produção de valores de uso. Além disso, cada uma dessas dimensões que formam a vida humana possui uma autonomia relativa, já que irão cumprir funções distintas na reprodução da sociedade, de acordo com o campo de possibilidades delimitado pela totalidade social. Por sua vez, cada complexo social interage entre si e com a própria totalidade também, numa dinâmica cheia de determinações recíprocas.

Toda totalidade está fundada numa forma de trabalho. Com o trabalho, podemos observar uma articulação eminentemente social entre a subjetividade/consciência e realidade/objetividade. Para realizar atos laborativos e atingir um objetivo traçado para atender uma necessidade

real e existente a consciência precisa investigar sobre os elementos presentes na própria realidade, refletir sobre suas possíveis articulações e vínculos para a objetivação possa, de fato, ser eficiente. Isto nos mostra que, ao contrário do materialismo vulgar, a consciência possui um papel ativo na criação e reprodução da vida social, todavia, isto não significa que ela possa realizar tudo o que quiser ou lucubrar. O campo de possibilidades reais e concreto é determinado pela realidade objetiva, cabe a esta última o papel de *momento predominante*.

Em igual relevância é necessário esclarecer que, ao lado da categoria da totalidade, sempre, em toda relação entre complexos sociais haverá um “momento predominante” (*ubergreifendes Moment*). Desconsiderar da análise o momento predominante é cair no equívoco de compreender a totalidade como imbuída “automaticamente” de um “motor” capaz de promover o seu desenvolvimento e, neste caso, estaríamos afirmando que há uma teleologia na história humana. Ao contrário, quando investigamos sobre o momento predominante na interação dos complexos sociais entre si e com a própria totalidade, percebemos as articulações essenciais que se estabelecem em cada caso. Com relação ao desenvolvimento dos complexos sociais, a totalidade é o momento predominante, porém, com relação à própria totalidade social “a esfera da economia exerce o papel de momento predominante do desenvolvimento objetivo do mundo dos homens”, já que é nesse complexo que se articula a “reprodução primária da vida humana” (ANDRADE, 2011, p. 53). A autora nos explica que a totalidade só pode ser o momento predominante no desenvolvimento dos complexos, já que ela – a totalidade – desempenha o papel de mediação entre a economia e cada um dos complexos.

Este processo faz surgir a necessidade de outros complexos sociais com funções diversas na reprodução da sociedade. Caberá, por exemplo, à educação a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, técnicas etc. que são determinados socialmente, ou seja, que

atendam as possibilidades e os limites instaurados por uma totalidade social historicamente construída. Em outras palavras: “toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são”, deste modo, “consequências das carências sociais daí surgidas” (LUKÁCS, 2013, p. 176). Com isso, podemos entender que a essência da educação “consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de modo socialmente intencionado” (LUKÁCS, 2013, p. 178).

O *realismo da perspectiva ontológica*, dessa forma, consegue captar os movimentos essenciais de determinado objeto, pois é fiel à sua pesquisa e investigação. Não há uma supervalorização da consciência em detrimento do que a realidade apresenta em suas contradições mais íntimas. Lukács desenvolve a perspectiva realista da ontologia marxiana de maneira bem clara em um exemplo:

Quando um automóvel vem ao meu encontro numa encruzilhada, posso vê-lo como um fenômeno tecnológico, como um fenômeno sociológico, como um fenômeno relativo à filosofia da cultura, etc.; no entanto, o automóvel real é uma realidade, que poderá me atropelar ou não. O objeto sociológico ou cultural “automóvel” é produzido, antes de mais nada, em um ângulo visual que depende dos movimentos reais do automóvel e é a sua reprodução no pensamento. *Mas o automóvel existente é, por assim dizer, sempre primário em relação ao ponto de vista sociológico a seu respeito, já que o automóvel andaria mesmo que eu não fizesse sociologia alguma sobre ele, ao passo que nenhum automóvel será posto em movimento a partir de uma sociologia do automóvel. Há, pois, uma prioridade da realidade do real, se assim se pode dizer; e, segundo penso, devemos tentar voltas a estes fatos primitivos da vida e compreender os fenômenos complexos a partir dos fenômenos originários.* (LUKÁCS, 2014, p. 27, grifos nossos)

Isto significa que a realidade é o critério máximo, nesta perspectiva que estamos tratando, para a elaboração da crítica e a construção do conhecimento. É a realidade, em seu processo histórico real, que permite confrontar teses, teorias, ideologias com a sua própria dinâmica e criticá-las. Notemos, dessa forma, que a crítica para o realismo ontológico, não se baseia em critérios subjetivos apenas de preferência ou recusa elaborados *a priori*. A crítica serve para verificar em que medida estas teorias ou ideologias correspondem à realidade em sua tendência histórica ou não. Por sua vez é também a realidade que deve servir de base para a elaboração de um conhecimento científico verdadeiro, isto é, para a produção da ciência que consiga apreender a *essência* dos fenômenos estudados em articulação com a manifestação concreta da diversidade de sua *aparência*. A realidade se conforma em ponto de partida, em assim o sendo, todavia, avança-se, por meio da pesquisa, na apreensão das determinações mais gerais, das articulações que exercem o papel de momento predominante, enfim, consegue-se almejar a relação do objeto com a totalidade em uma *síntese aproximativa* essencial.

No que se refere à educação escolar, um ensino de geografia que não preze pela transmissão dos clássicos das artes, das ciências e da filosofia (SAVIANI, 2011) e isto, por sua vez, numa orientação crítica (LUKÁCS, 2013) estará contribuindo, mesmo que de modo inconsciente, com os interesses das classes dominantes e não da classe trabalhadora.

Novamente trazendo as contribuições de Lukács é preciso dizer que “o objeto é o que existe realmente; a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior” (LUKÁCS, 2014, p. 27). Em decorrência disto, não devemos, na pesquisa educacional, pesquisar a educação de modo apartado da totalidade social que está em articulação, pois “os processos parciais só são compreensíveis como partes do organismo complexo” (LUKÁCS, 2014, p. 28). Este é núcleo do *realismo*

*autêntico* sob a angulação ontológica. Se pesquisarmos a educação examinando-a por si mesma (e, por incrível que isto pareça é o que acontece na enorme maioria dos casos), muito provavelmente, tenderemos a acreditar ser possível transformá-la significativamente, sem a correspondente transformação significativa da ordem social. Lukács pondera a seguinte afirmação a respeito do realismo na arte:

A meta de quase todos os grandes escritores foi a reprodução artística da realidade: **a fidelidade ao real, o esforço apaixonado para reproduzi-lo na sua integridade e totalidade**, tem sido para todo grande escritor (Shakespeare, Goethe, Balzac, Tolstoi) o verdadeiro critério da grandeza literária. (LUKÁCS, 2010, p. 24, grifos nossos)

Penso que também este deve ser o esforço no ensino e na pesquisa em geografia: perquiri-la em sua vinculação real com a totalidade social contemporânea em seu processo de constituição e, ainda, realizar tal empreitada sem deformações da essência humana rebaixada a horizontes mesquinhos, concorrenciais, fragmentados ou imutáveis. Em resumidas contas, é preciso, na pesquisa educacional “captar e reproduzir a realidade tal como ela é, objetivamente, na sua essência” (LUKÁCS, 2010, p. 29). Novamente sobre isso, Balzac acertadamente pondera que:

Temos de **aprender o espírito**, a alma, a fisionomia das coisas e dos seres. **Os efeitos!** Os efeitos! Mas se eles são os acidentes da vida e não a vida! Uma mão, já que recorri a esse exemplo, uma mão não está unicamente presa ao corpo, ela exprime e continua um pensamento que **é preciso aprender e reproduzir** (BALZAC, 1992, p. 15, grifos nossos)

Dessa maneira, podemos seguramente afirmar que o autêntico realismo de perspectiva ontológica se baseia em: 1) *a apreensão do objeto em estudo em suas múltiplas interações* com as demais dimensões sociais e junto à própria totalidade social; 2) *leva em consideração a prioridade da*

*objetividade sobre a subjetividade* (isto não quer dizer que a consciência não tenha relevância alguma, pois os pesquisadores precisam mobilizar seus conhecimentos científicos, estéticos, históricos e filosóficos para o entendimento do objeto, entretanto, trata-se do objeto como ele é em seu processo de constituição e articulação com a sociabilidade em que se insere e, portanto, o pesquisador não deve “recortar” ou “criar” o objeto, mas sim, “revelar”, isto é, “traduzir” sua dinâmica interna); 3) a investigação sobre o *momento predominante* com o trabalho e a totalidade e; 4) o estudo sério e sistemático sobre a *função social dos complexos sociais* ao longo do processo histórico. A Pedagogia Histórico-Crítica: ao defender o *papel do professor* no processo de transmissão daquilo que de mais desenvolvido a humanidade objetivou no campo das artes, das ciências e da filosofia e ao defender a *educação escolar* contra o esvaziamento dos conteúdos clássicos contribui com a integridade humana. O realismo e a crítica de cunho ontológico (LUKÁCS, 2013), muito pode auxiliar nesta tarefa.

## Considerações Finais

Nosso intuito com o presente texto foi apresentar, em linhas gerais, as tendências da produção social do espaço geográfico e a premência do realismo de caráter ontológico no ensino de geografia. Como explicamos anteriormente, o realismo não deve ser confundido como sinônimo de fragmentos espalhados de modo aleatório na própria vida social.

O realismo diz respeito, em nossa discussão, à apreensão das *tendências essenciais* que se realizam na sociedade atual, a busca pela compreensão do *momento predominante* na relação entre os complexos sociais, no sentido de aproximação à síntese das *determinações recíprocas* destes mesmos complexos que conformam a *totalidade*. É preciso ter claro que a educação não é o carro chefe da transformação social. Certamente ela interfere e sofre interferência na sociedade, contudo, como demonstramos, o campo de limites e possibilidades para o espaço e para a educação atuar são instaurados pela sociedade enquanto totalidade.

O realismo, de perspectiva ontológica, recoloca no ensino e na pesquisa a preocupação maior com o ser humano, com o gênero. Numa sociedade em que o espaço é essencialmente desigual na sua produção e na sua apropriação perante indivíduos de distintas classes sociais, entendemos que, mais do que nunca, há a premência em recolocar as autênticas necessidades humanas em primeiro plano. Por isso mesmo, a postura realista permite criticar todas as formas de ilusão e não “contar com a possibilidade de criarmos uma ruptura num breve espaço de tempo; por outro lado, não devemos cair na visão pessimista segundo a qual é absolutamente impossível exercer uma influência, por menor que seja” (LUKÁCS, 2014, p. 107).

## Referências

ANDRADE, M. **Trabalho e Totalidade Social: O Momento Predominante da Reprodução Social na Ontologia de Lukács**. 123 p. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2011.

BALZAC, H. A obra-prima ignorada. *In: A comédia humana*. São Paulo: Globo, 1992.

CARLOS, A. F. A. A “Geografia Crítica” e a Crítica da Geografia. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Vol XI, Vol 245 (3), 2007.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito** – Parte I. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

LUKÁCS, G. **Ensaio sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LUKÁCS, G. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. *In: MARX, K.; ENGELS, F. Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II**. São Paulo: Boitempo: 2013.

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz/Georg Lukács. Tradução de Giesie Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova** – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras Aproximações. Campinas – SP: Autores Associados, 2011.

TONET, I. **Método Científico** – Uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.)

## CAPÍTULO 05

### ESPAÇO, TOTALIDADE E MÉTODO

Este texto é fruto da pesquisa<sup>5</sup> em andamento a respeito da especificidade da particularidade da dimensão educacional e da dimensão geográfica a partir da análise histórica e das contribuições dos autores clássicos destas temáticas. Com o presente artigo, pretendo contribuir, em tom introdutório e aproximativo, com a reflexão entre espaço geográfico, totalidade e método. Mais precisamente: as elaborações da tradição filosófica entendida como perspectiva ontológico-crítica, que remonta desde os gregos até alguns filósofos contemporâneos são significativas para o debate geográfico na questão metodológica, em especial as elaborações de Lukács (1981) e Santos (1988; 1997; 2007), dentre outros. Não é nosso objetivo demonstrar toda a trajetória do debate entre ontologia e geografia. Este não é o foco deste escrito.

Não estou investindo esforços neste empreendimento, a respeito do espaço, da totalidade e do método; por exercícios academicistas descolados do real. Por outro lado, enquanto pesquisador e professor de geografia, entendo que a compreensão efetivamente crítica da realidade social enquanto totalidade ao longo do processo histórico é um requisito importantíssimo para o entendimento e a intervenção *do* espaço.

Nesse aspecto, creio que, em primeiro lugar, cabe explicitar minha compreensão, nesta tradição filosófica já apresentada, da relação entre teoria, prática e crítica e, em segundo lugar, as relações da própria totalidade em seu movimento histórico com o espaço geográfico. Como Aristóteles já alertava: “cada conjunto de princípios devemos investigar da maneira natura e esforçar-nos para expressá-los com precisão [...]” (ARISTÓTELES, 1979, p. 57).

---

<sup>5</sup> Artigo publicado na Revista “Sociedade & Natureza”, Uberlândia – MG, vol. 32, 2020.

Desse modo, é preciso entender que ontologia diz respeito ao estudo do ser, seja o ser da natureza ou o ser da humanidade, o ser social. Existem ontologias de caráter idealista e ontologias de caráter materialista. Todavia, ponto de vista ontológico indica que “a abordagem de qualquer objeto” deve ter como “eixo o próprio objeto”, sendo que “a captura do próprio objeto implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas também, e principalmente, àqueles que constituem a sua essência”. Ou seja: “o elemento central é o objeto” e, com efeito, “não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p. 14).

Para não haver mal-entendidos: quando afirmamos que a centralidade, para a perspectiva ontológica, no processo de conhecimento, está no objeto, de modo algum estamos desprezando as qualidades intelectivas do sujeito que pesquisa. O sujeito, nesta abordagem, deve mobilizar seus conhecimentos científicos, estéticos, filosóficos, históricos e geográficos no sentido de *apreender, de traduzir e explicitar* o movimento do fenômeno que investiga, inclusive, em suas relações com a totalidade e a particularidade. Em um segundo momento é importante apontar a particularidade da natureza do espaço geográfico em suas infinitas relações com o todo da sociedade, bem como o “*momento predominante*” nestas interações. Sobre isto trata este texto.

## **Teoria e Prática: Lei e Particularidade**

Nosso início de partida na abordagem ontológica: a formação humana, o processo de autoconstrução humana. Por quê? Porque assim ficamos atentos ao movimento da história real e, em articulação com esta, o debate teórico-conceitual. Desse modo, os seres humanos se tornam membros do gênero humano e, portanto, criam a vida em sociedade, quando começam a desempenhar atos de trabalho. Não o trabalho em alguma manifestação concreta de uma determinada sociedade. O trabalho

que permitiu o *salto ontológico* do ser meramente orgânico ao ser social é o intercâmbio da sociedade com a natureza para a produção dos bens indispensáveis à vida social (se proteger, alimentar etc.). Com o trabalho, de acordo com Lukács (1981), surge um efetivo *pôr teleológico*, ou seja, uma relação nova entre consciência e realidade.

Para atingir uma determinada finalidade a consciência humana precisa analisar e refletir sobre os elementos naturais do modo como eles são *em si mesmos* para que aquela determinada necessidade (construir um abrigo, por exemplo) possa ser satisfeita. Com isso, ao final deste processo, foram gerados vários conhecimentos, habilidades, técnicas, ideias e valores que podem ser utilizados em várias outras situações distintas da situação original. Abre-se, assim, a possibilidade de desenvolvimento de novos complexos sociais (educação, geografia, arte, ciência etc.) que terão funções distintas na reprodução social. Cria-se a totalidade e o movimento histórico. Cada vez mais teremos sociedades mais complexas, com espaços geográficos mais complexos e individualidades mais desenvolvidas do ponto de vista social. Este processo marca ainda, de modo crescente, a ampliação do domínio humano sobre as forças da natureza que, por sua vez, continuarão com suas próprias legalidades e causalidades, mas, agora, serão constantemente mais conhecidas e sofrerão mais intervenções da atividade *sócio-espacial* humana.

O ser humano passa, enfim, a desenvolver a prática espacial. Uma área natural, terá, crescentemente, mais objetos geográficos e intervenções humanas. Esta é a gênese do espaço geográfico que irá interagir não só com o trabalho, mas com todas as outras dimensões sócio-espaciais. O espaço sofrerá interferência da totalidade, se conformará enquanto todo e, *igualmente*, exercerá influência na totalidade, já que é um “fator da evolução social, não apenas como uma condição” (SANTOS, 1997, p. 01). O espaço, dessa forma, “contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por

ele contida” (SANTOS, 1997, p. 01). Esta interpretação, de caráter ontológico-crítico, permite entender que “o movimento do espaço, isto é, sua evolução, *é ao mesmo tempo um efeito e uma condição* do movimento de uma sociedade global” (SANTOS, 1977, p. 89, destaques nossos).

O conhecimento correto (sempre de maneira aproximada e nunca absoluta ou finita) da realidade (seja ela natural ou social) marcará o fundamento elementar do complexo da ciência, de acordo com Lukács (1981). A função da ciência é a *intentio recta*, isto é, o conhecimento efetivo da realidade em-si-mesma. Trabalho árduo que pressupõe o esforço em desvendar as tendências que se manifestam nos traços de universalidades e nas concreções espaciais em determinados momentos. Aliás, “nada mais fácil que julgar o que tem conteúdo e solidez; apreendê-lo é mais difícil; e o que há de mais difícil é produzir sua exposição, que unifica a ambos” (HEGEL, 1992, p. 23).

Na relação entre teoria e prática uma não hierarquiza e subordina a outra de modo mecanicista. Nem, tampouco, há uma relação de equivalência igualitária. Poderíamos dizer que a teoria é a reflexão sobre a prática e esta, em seu *movimento essencial*, é o critério da verdade ou falsidade de uma teoria ou proposição teórica. O conhecimento teórico “é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20). A teoria, por isso mesmo, é a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa”, isto é, “pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” sendo que esta reprodução “será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto” (NETTO, 2011, p. 21).

O intelectual, o filósofo, o teórico não são personalidades contemplativas que vivem no mundo das ideias. Alguns até o podem ser, todavia, a teoria que se mostra mais verdadeira, isto é, aquela que se

aproxima mais da totalidade e da essência do objeto, tem um profundo enraizamento na realidade objetiva, na prática social. Não quer dizer que a teoria deva se prender ao fenomênico e ao aparente. Ao contrário: pela teoria científica, há uma ultrapassagem da aparência em suas vinculações de reciprocidade dialética com a essência do objeto. A teoria que apenas explicita o aparente é uma teoria superficial.

Desse modo, o objetivo do pesquisador, “indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável -, é”, em face disto, “apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” e, com a apreensão, sempre aproximativa (já que a realidade é muito mais dinâmica que a teoria), da essência, “o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (NETTO, 2011, p. 22).

A perspectiva ontológica, dessa maneira, possui como polo central, no processo do conhecimento, o objeto. Parte da constatação de que o objeto é formado por uma *reciprocidade dialética* entre *essência e aparência*. Ao mesmo tempo compreende que o objeto possui uma função exclusiva no processo de reprodução da sociedade. Além disso, cada objeto se relaciona com outros objetos e com a própria síntese das relações sociais que é a própria *totalidade sócio-espacial*, historicamente construída e permanentemente em movimento.

É sempre necessário, pois, nesta perspectiva, buscar a origem histórica e ontológica, a natureza e a função social que determinada dimensão desempenha na reprodução da sociedade em articulação com a totalidade e o processo de autoconstrução humana. Daí a importância de compreender que “a ação, que é inerente à função, é condizente com a forma que a contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados” (SANTOS, 1997, p. 02). Trata-se do aspecto *relacional* ao longo do processo histórico na busca pelo entendimento

das ações e dos conteúdos atuais, pois “o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica” (SANTOS, 1997, p. 02). O espaço, por isso mesmo, “deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 1997, p. 05). Deixaremos esta ideia mais clara, no prosseguimento, quando tratarmos do espaço geográfico propriamente dito, todavia, é de extrema importância ponderar que:

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1977, p. 91)

É nesta relação entre a teoria que busca apreender a essência do objeto que possibilita, inclusive, a elaboração da crítica. A crítica do “conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (NETTO, 2011, p. 18).

A crítica, na perspectiva ontológica, será o confronto de uma determinada teoria com o real. É “o real que serve de telão contra o qual é esbatida a teoria” e a teoria “é mostrada como falsa na medida em que ela não é a reprodução fiel do real [...]” (CHASIN, 1988, p. 16). É preciso cuidado aqui. O termo “reprodução fiel” ou o termo “reflexo”, no contexto que estamos discutindo, nada tem de simplificador ou parecido com uma cópia fotográfica. Trata-se, em verdade, de uma expressão que busca *traduzir* tendências

reais operantes na objetividade. Uma expressão que precisa buscar a precisão, como Aristóteles (1979) alerta na citação de epígrafe deste artigo. O movimento, o desenvolvimento, as rupturas e continuidades das essências em aparências constitui o desafio para a atividade científica: “esse movimento das essencialidades puras constitui a natureza da cientificidade em geral. Considerado como conexão do conteúdo delas, é a necessidade e a expansão do mesmo num todo orgânico” (HEGEL, 1992, p. 39).

Justamente por isso mesmo, na abordagem ontológico-crítica, não há um conjunto de procedimentos analíticos e metodológicos que o pesquisador precisa se munir fortemente para “aplicar” em seu objeto. A ciência “não é precedida por um método, mas começa por ela própria”, em outras palavras: “ciência não é aplicar um método, mas é descobrir o segredo do objeto”, já que “o que se busca na ciência é a substância, ou seja, se busca aquilo que é o fundamental do ente” (CHASIN, 1988, p. 69). As técnicas de pesquisa: análise documental, filosófica, bibliográficas etc. servirão como *meio* para o investigador *descobrir* o movimento real do objeto e não como fim em si mesmas. Em face disto que “uma teoria, isto é, sua explicação, é um sistema construído no espírito, cujas categorias de pensamento *reproduzem a estrutura* que assegura o encadeamento dos fatos” (SANTOS, 1988, p. 10, destaques nossos).

Chegamos aqui num ponto fundamental: a relação entre lei e particularidade. Para esta tradição que estamos debatendo, as leis gerais dizem respeito aos aprendizados retirados da própria objetividade ao longo do processo histórico. Essas leis gerais, portanto, não rígidas e imutáveis, nem são criações de uma subjetividade que as construiu autonomamente *a priori*; por outro lado, são expressões teóricas de subjetividades que as traduziram a partir da essência do real. Por exemplo: o processo produtivo, na atualidade, impacta todo o espaço geográfico. Esta é uma lei geral que pode ser constatada amplamente pelas pesquisas. Todavia, a manifestação concreta que as leis se expressam em cada lugar ou em cada

território, irá demonstrar a particularização da totalidade, quer dizer: os lugares e os territórios não se explicam por si mesmos, mas em articulação, em suas relações sociais com o espaço geográfico enquanto totalidade entendida não como mero somatório das partes, mas enquanto *síntese qualitativa* das múltiplas relações que aí se *especializam* e se transformam. É necessário, pois, o estudo das interações, pois assim “recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social” (SANTOS, 1997, p. 07).

É nesse preciso sentido que “explicar é reencontrar a totalidade” e “compreender, capturar intelectualmente alguma coisa é reproduzir conceitualmente uma unidade que é um todo”, pois “cada individualidade no seu isolamento não revela a integridade que ela é”, já que “o todo é que explica” (CHASIN, 1988, p. 72). A totalidade é esta *rede de mediações*, esta malha substantiva que interfere na orientação e no rumo de cada complexo social. Ela se apresenta como oriunda de uma construção histórica e como campo de possíveis para desenvolvimentos futuros. Por isso mesmo é dinâmica, mediada, viva... Imbuída de movimento e nunca estática. Isto é: “a totalidade concreta (como suas componentes) é dinamizada através de mediações – uma totalidade imediata é uma totalidade amorfa, inestruturada” (NETTO, 1994, p. 38). Dinâmica que se realiza na história e, com isso, o “valor da variável não é função dela própria, mas do seu papel no interior de um conjunto. Quando este muda de significação, de conteúdo, de regras ou leis, também muda o valor de cada variável” (SANTOS, 1997, p. 11).

Aqui adentramos na consideração do papel de “momento predominante” que a totalidade exerce. Em qualquer relação social, de acordo com Lukács, haverá um momento predominante. Sem este entendimento, caímos num entendimento de totalidade inerte e morta. O momento predominante é “a força das coisas no complexo em que elas estão inter-

ligadas” e “complexos integrados pelas mesmas coisas têm momentos de acentuação de predomínio diferente” (CHASIN, 1988, p. 82). Não é uma influência rígida, absoluta ou impermeável, mas sim, enquanto estabelecimento do campo de possibilidades reais e concretas.

O trabalho, por criar a possibilidade do surgimento do ser social, se conforma no momento predominante da origem da totalidade social. Todavia, a totalidade aparece com a “função de mediação indispensável à consubstanciação do ser social” (ANDRADE, 2014, p. 192). Cabe agora esclarecer esta mediação social com o espaço geográfico.

## **Espaço Geográfico: A Particularidade e a Possibilidade**

É fundamental entender a peculiaridade do espaço geográfico. O espaço é sempre “uma realidade relacional: coisas e relações juntas” enquanto “conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima [...]” (SANTOS, 1988, p. 10).

Já demonstramos a origem do espaço a partir do salto ontológico ao ser social operado pelo trabalho. Cabe salientar que o espaço não será apenas receptáculo da ação humana. Ao contrário: ele é expressão da multidimensionalidade sócio-espacial ativa e interventiva dos indivíduos em sociedade nas suas mais diversas objetivações e ideações. O “espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1988, p. 25).

O espaço geográfico contemporâneo, fortemente complexo e interligado, faz com que o futuro dos indivíduos se confronte e dependa do futuro do gênero humano. Não mais é possível resolver questões locais apenas operando a partir dos lugares e olhando apenas os territórios em si mesmos. Questões estruturais exigem e demandam soluções globais.

Por isso mesmo que “o mundo foi sempre um conjunto de possibilidades. Hoje, porém, tais possibilidades são todas interligadas e interdependentes” (SANTOS, 1988, p. 13).

Apesar do raciocínio do geógrafo brasileiro estar correto na citação anterior, faltou-lhe a apreensão da influência decisiva do momento predominante na relação da totalidade com o espaço geográfico. Isso não é nenhum ataque. Reconheço a importância da sua obra e a concretude de muitas de suas elaborações. Contudo, entendo que não devemos “sacralizar” os autores, mas sim, estabelecer um relacionamento intelectual honesto baseado no cotejamento de suas proposições teóricas com a realidade em sua essência. É verdade que toda totalidade é, ao mesmo tempo, econômica, social, espacial, cultural, etc. Todavia, o espaço geográfico apresenta-se enquanto uma totalidade, isto é, um complexo, gerido e orientado por um complexo maior de uma totalidade ainda mais ampla. É justamente por esse motivo que Lukács (2013) entende a sociedade como um “complexo de complexos”, ou seja, a interação recíproca e eminentemente dinâmica de várias totalidades em suas distintas funções sociais e particularidades. Santos (1988) acertadamente apreende a existência e importância da totalidade, mas não do momento predominante:

O geógrafo torna-se um empiricista, e está condenado a errar em suas análises, se somente considera o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos. O geógrafo seria funcionalista se levasse em conta apenas a função; e estruturalista se apenas indicasse as estruturas, sem reconhecer o seu movimento histórico ou a relação social sem o conhecimento do que a produziu. Impõe-se, na análise, apreender objetos e relações como um todo, e só assim estaremos perto de ser holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade. (SANTOS, 1988, p. 21)

De fato, concordamos, como já afirmamos no item anterior, com o fato de que os complexos sociais só se fazem plenamente compreendidos em suas vinculações com o todo, incluindo aqui, o espaço geográfico. Inclusive, é preciso notar que “o verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento” (HEGEL, 1992, p. 31). Todavia, cabe ressaltar que mesmo enquanto totalidade, o espaço será orientado a partir das *demandas*, das *possibilidades*, das *exigências* e *entraves* instaurados pela totalidade na qual se insere enquanto complexo. Este é o sentido da predominância que o momento maior e mais amplo exerce. Para Santos (1988):

O que prejudica é que não conhecemos o fato em si, mas as interpretações que são realizadas pelas agências internacionais. Por isso há necessidade, por parte do intelectual, de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma outra visão do mundo, uma visão real dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas. (SANTOS, 1988, p. 21)

Com efeito, de fato, é imprescindível o conhecimento das distintas posições a respeito dos acontecimentos. Aliás, já Aristóteles afirmava que: “É preciso forçar-nos a ir na direção do extremo contrário, porque chegaremos ao estado intermediário afastando-nos o mais que pudermos do erro, como procedem aqueles que procuram endireitar varas tortas” (ARISTÓTELES, 1979, p. 77).

Entretanto, não é simplesmente o confronto entre elas que nos garantirá “uma visão real dos fatos concretos” como apontado pelo geógrafo na citação anterior. É preciso confrontar as divergentes posições e proposições teóricas com a realidade em seu processo histórico, no que apresenta de essencial e este esforço investigativo passa, impreterivelmente, pela apreensão do momento predominante. De fato, no estudo da totalidade é preciso considerar, além das categorias de tempo e escala, as de estrutura, função e forma, já que “a noção de processo permeia

todas estas categorias” (SANTOS, 2007, p. 40). Tais categorias são, para o autor, definidoras da “totalidade concreta, a totalidade em seu processo permanente de totalização” (SANTOS, 2007, p. 40). Abre-se a possibilidade da explicação que atingiu a “profundeza da *Coisa*”, isto é: “quando enfim o rigor do conceito tiver penetrado na profundeza da Coisa, então tal conhecimento e apreciação terão na conversa o lugar que lhes corresponde” (HEGEL, 1992, p. 23).

Trata-se de um reconhecimento de ordem ontológica que, apesar de não chamar a atenção para a predominância dos momentos, consegue captar a dinâmica real que se faz presente na dialética totalidade e espaço geográfico. A mediação entre a totalidade e o espaço geográfico se faz, ainda, pela categoria da *produção social*. Esta é a relevância do *médium* entre o todo sócio-espacial e o processo histórico-espacial. Não apenas a produção no que se refere diretamente ao trabalho e à economia, mas também, a produção da própria vida humana, da vida em sociedade em seus aspectos objetivos e subjetivos:

É evidente que a *produção*, enquanto momento predominante, é aqui entendida no *sentido mais amplo possível* – no sentido ontológico –, como *produção e reprodução da vida humana*, que até mesmo em seus estágios extremamente primitivos (o pastoreio dos mongóis) vai muito além da mera conservação biológica, não podendo portanto deixar de ter um acentuado caráter econômico-social. É essa forma geral da *produção que determina a distribuição* no sentido marxiano. Mais exatamente: o que está em jogo aqui são os homens, cujas capacidades, hábitos etc. tornam possíveis determinados modos de produção. Essas capacidades, porém, são por seu *turno geradas sobre a base de modos de produção concretos*. (LUKÁCS, 2012, p. 336, grifos nossos)

A maneira como os seres humanos, portanto, se organizam na produção social coloca os rumos perante a totalidade sócio-espacial e, com isso, instauram as *possibilidades da organização, da distribuição e da produção do espaço geográfico*. É preciso sempre ponderar que: “Não se distribui

melhor sem mudar a forma de produção, porque a distribuição é produzida pela forma da produção” (CHASIN, 2018, p. 22). Tal influência demonstra o caráter do momento predominante nas relações sócio-espaciais.

Desse modo, evidencia-se assim a *determinação recíproca* entre totalidade e espaço geográfico, exercendo a produção social o papel de momento predominante ao colocar as bases para a distribuição e produção sócio-espacial. Esta é uma contribuição de ordem ontológica-crítica que Lukács, por exemplo, pode oferecer à pesquisa e ao ensino de geografia.

## Considerações Finais

Neste texto apresentamos, em linhas gerais, uma contribuição que a tradição filosófica da perspectiva ontológico-crítica pode oferecer ao entendimento entre espaço geográfico e a sua relação com a totalidade. Em primeiro lugar, trata-se de entender a relação entre teoria, prática e crítica. A teoria, nesta abordagem, se constitui na tradução conceitual de movimentos reais e efetivos em sua essencialidade. A prática, na articulação entre essência e aparência, se configura como contraponto indispensável para a elaboração da crítica ontológica que verifique os avanços, desvios, acertos e lacunas das distintas teorias sociais.

Para a compreensão da gênese da ciência e do espaço geográfico, partimos da constatação, junto com Lukács (1981), de que os indivíduos não nascem já prontos. O ser humano surge na face da Terra no momento em que desenvolve um efetivo *pôr teleológico*, ou seja, uma articulação nova entre consciência e realidade objetiva que surge, primeiramente e não exclusivamente, a partir dos atos de trabalho, isto é, da transformação *teleologicamente* orientada da realidade natural para o atendimento de necessidades sociais. Com este processo, abre-se a possibilidade para a origem de novos complexos sociais com funções sociais distintas no processo de reprodução social. Abre-se o campo para o surgimento da totalidade, não como uma simples somatória das dimensões que congrega, mas enquanto síntese qualitativa das diversas interações sócio-espaciais.

Nesse aspecto, afirmamos que a totalidade é quem coloca o campo de possibilidades para a orientação do espaço geográfico. Ao mesmo tempo, a própria totalidade ao exercer esse papel de momento predominante, sofre, dialeticamente, interferência do modo como os indivíduos produzem geograficamente a vida em sociedade. A *produção social* (em sentido amplo), utilizando a totalidade social como *mediação*, é o *momento predominante* e, por isso mesmo, detêm a *prioridade ontológica* na distribuição, organização e produção do espaço geográfico enquanto totalidade. Isto não cancela, contudo, a interferência do próprio espaço no todo social. Este entendimento é um exemplo que abordamos neste escrito a respeito das potencialidades investigativas que a perspectiva ontológica pode oferecer. De certo modo, reafirma o posicionamento de que “a ponte a ser lançada entre possibilidades entreabertas e o ato de construir uma nova história virá do domínio complexo onde se encontram esses mesmos dados, segundo combinações variáveis” (SANTOS, 1988, p. 13). Domínio complexo que virá de nosso conhecimento científico geográfico que consiga *traduzir* as interações entre totalidade e espaço nos seus momentos predominantes, aliás, “não é difícil ver que nosso tempo é um tempo de nascimento e trânsito para uma nova época” (HEGEL, 1992, p. 26).

## Referências

- ANDRADE, M. A. Trabalho e Totalidade Social: Qual o Momento Predominante da Reprodução Social? *In*: COSTA, G.; ALCÂNTARA, N. **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014, p. 177-203.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross – “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- CHASIN, J. **Superação do Liberalismo**. Belo Horizonte – MG, 1988, mimeografado.

CHASIN, J. Crise Contemporânea e Socialismo Necessário. **Revista GESTO-Debate**, Campo Grande – MS, vol. 11, n. 01, p. 01-23, 2018.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito** – Parte I. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

LUKÁCS, G. Il Lavoro. *In*: LUKÁCS, G. **Per una Ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981, p. 11-131. (Tradução Mimeo.de Ivo Tonet, 145p.)

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – I**. São Paulo: Boitempo: 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II**. São Paulo: Boitempo: 2013.

NETTO, J. P. Razão, Ontologia e Práxis. **Revista Serviço Social & Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 26-42, 1994.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado** – fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. A. Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. *In*: **Economia Espacial**. São Paulo: Edusp, 2007.

TONET, I. **Método Científico** – Uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013..

## CAPÍTULO 06

### ENSINO DE GEOGRAFIA E O CONTROLE SOCIAL DOS TERRITÓRIOS

A sociedade na qual vivemos<sup>6</sup> ainda se caracteriza, gostem os defensores da ordem ou não, por ser capitalista. Isto significa que todas as mercadorias produzidas possuem como objetivo máximo a reprodução dos lucros. Produzem-se casas, vestimentas, alimentos, aparelhos eletrônicos etc. com a finalidade primeira de serem vendidos. Pouco importa para o capitalista, ou seja, aquele que é proprietário dos meios de produção (instalações, máquinas etc.) e do capital, que um aparelho telefônico, por exemplo, seja destruído após a sua venda. O importante é vender, vender mais e cada vez mais em escala crescente e ampliada.

Essa dinâmica impacta com muita força absolutamente todas as dimensões da vida humana (saúde, educação, arte, ciência, política etc.). O salário que os trabalhadores recebem corresponde a um valor muito inferior com relação ao valor que produzem. Está dada, portanto, a base que irá gerar, por sua própria natureza e especificidade, as desigualdades sociais de toda ordem: concentração de renda, pobreza, miséria, segregação...

A partir de toda riqueza produzida no mundo inteiro, no ano de 2017, 82% ficou em controle do 1% mais rico da população mundial, enquanto que a metade mais pobre, ou seja, estamos falando de 3,7 bilhões de pessoas, ficaram de fora<sup>7</sup>. Todavia, isto não significa que esta produção social da desigualdade se manifeste concretamente da mesma forma nos distintos territórios. A produção social capitalista, que se ba-

---

<sup>6</sup> Artigo publicado na revista "GESTO-Debate", v. 19, n. 04, junho/2020.

<sup>7</sup> Dados Disponíveis em: [https://oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas/?gclid=EAIaIQobChMIqvb54La-q6AIVhBGRCh11Mg0zEAAYASAAEgLpsfD\\_BwE](https://oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas/?gclid=EAIaIQobChMIqvb54La-q6AIVhBGRCh11Mg0zEAAYASAAEgLpsfD_BwE). Acesso em: mar. 2020.

seja na exploração sobre o trabalho, gera, irrevogavelmente, a existência das classes sociais com objetivos essencialmente distintos e antagônicos. O interesse essencial, ou seja, que emana da própria natureza da classe dominante é a reprodução dos lucros e o “bem dos negócios”, mesmo que isso signifique, na prática, demissões em massa, guerras, desastres ambientais e outras barbáries (MÉSZÁROS, 2002). Dados da agência ambiental das Nações Unidas apontam que a poluição no mundo é responsável pela morte de 12,6 milhões de seres humanos por ano<sup>8</sup>.

Por outro lado, o interesse essencial que emana da classe dos trabalhadores está na completa e na mais absoluta erradicação de toda e qualquer forma de exploração, pois somente assim será possível uma produção social genuinamente humana, na qual as autênticas necessidades formativas dos indivíduos possam ser plenamente atendidas e não as destrutivas e autocentradas demandas do mercado.

O espaço geográfico, entendido enquanto um conjunto de sistemas de objetos geográficos e seus correspondentes sistemas de ações (SANTOS, 2017) é, ao mesmo tempo, condição e fator desta dinâmica societária que coloca em primeiro lugar as necessidades das classes dominantes. Os territórios, por sua vez, são expressões e influenciadores na produção espacial da nossa sociedade. É o uso que permite compreender a interação entre territórios e espaço geográfico (SANTOS, 1999).

Em nossa sociedade brasileira, historicamente, presenciamos *o uso do território subordinado ao território da troca*. Assim como é o valor de troca que subordina o valor de uso das mercadorias, no caso dos territórios seus usos são condicionados, direta ou indiretamente, pelo seu potencial de subserviência à lógica mercantil. Territórios indígenas, quilombolas, camponeses e muitos outros possuem o seu uso social e coletivo, cada

---

<sup>8</sup> Dados disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/poluiacao-causa-126-milhoes-de-mortes-por-ano-alerta-agencia-ambiental-da-onu/>. Acesso em: mar. 2020.

vez mais, hierarquizado, comprimido, exterminado e esfacelado pelos interesses das grandes corporações econômicas e especulativas. A *grande questão é o controle social dos territórios*. O uso dos territórios é controlado socialmente perante as demandas hierárquicas das grandes empresas e agentes econômicos que subordinam as demais questões centrais do ponto de vista das autênticas necessidades humanas.

Do ponto de vista do avanço científico e tecnológico a humanidade já desenvolveu as bases para uma produção do espaço geográfico que respeite e atenda plenamente as diversas necessidades dos distintos territórios e suas culturas. A fronteira do dinheiro e da classe impede a realização positiva e concreta de uma geografia eminentemente humana. A geografia dominante é a geografia que atende os interesses das classes dominantes. Enquanto a exploração sobre o trabalho continuar a existir, a produção geográfica será impactada pelas classes sociais. Estamos tratando aqui da geografia em seu objeto que é o espaço, pois é esta temática que permite compreender as articulações com a vida social.

Não é de hoje que assistimos desigualdades espaciais de toda ordem, incluindo, nas necessidades mais elementares como as de saúde. Um trabalhador com câncer, por exemplo, terá oportunidades reais de tratamento médico completamente distintas das oportunidades que um bilionário usufrui se tiver a mesma doença. O ganhador do prêmio Nobel de medicina, Richard J. Roberts, por exemplo, afirmou em uma entrevista que: “[...] as empresas farmacêuticas muitas vezes não estão tão interessadas em curar as pessoas como em sacar-lhes dinheiro e, por isso, a investigação, de repente, é desviada para a descoberta de medicamentos que não curam totalmente, mas que tornam crônica a doença e fazem sentir uma melhora que desaparece quando se deixa de tomar a medicação<sup>9</sup>.”

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/farmac%C3%AAuticas-bloqueiam-medicamentos-que-curam-porque-n%C3%A3o-s%C3%A3o-rent%C3%A1veis>. Acesso em: mar. 2020.

Toda esta geografia da desigualdade e da barbárie nos faz compreender, até o momento, que o avanço do COVID-19 no Brasil será algo muito doloroso e sofrido, em especial, para os trabalhadores que mais convivem com a exploração em seu cotidiano. Não esperemos soluções mágicas da noite para o dia. As condições precárias da saúde pública são perceptíveis há muito tempo, tal como as que afligem as áreas da pesquisa e da educação de modo geral.

O espaço geográfico não pode ser entendido apenas como receptáculo das ações humanas. Ele também influencia e coloca as possibilidades para o desenvolvimento dos indivíduos. Moradores das favelas possuem muito mais barreiras e obstáculos sociais para a sua sobrevivência do que moradores de condomínios de luxo de alto padrão. Um território que apresente grandes teatros, museus e universidades; por exemplo, não indica que seus habitantes poderão se apropriar de todos estes bens e conhecimentos. Lugares de comando e poder determinam, muitas vezes, os rumos da produção espacial e territorial de nações inteiras.

Muitos de nós vivenciamos grandes modificações nos territórios nos quais crescemos e que foram ditadas por agentes econômicos e políticos alheios aos reais interesses e demandas dos indivíduos que moram nestes mesmos territórios. Bairros inteiros com alto grau de solidariedade e interação social, com o passar dos anos, se transformaram em locais apenas para o descanso ao final da jornada de trabalho. Muitos vizinhos, hoje em dia, nem se conhecem mais.

Não se trata aqui de nenhum tipo de nostalgia ou romantismo idealista de qualquer ordem. Em matéria de ensino de geografia a defesa do realismo, para além de suas aparências, é da mais absoluta importância e isto por sua vez precisa ser realizado numa perspectiva crítica, ou seja, a partir da perspectiva da classe trabalhadora, pois, como afirmamos no começo deste escrito, é a única classe social que essencialmente apresenta um panorama efetivamente para todo o gênero humano e não para o 1% da população que vive da exploração alheia.

O COVID-19 é mais um triste capítulo de uma história social e geográfica marcada a ferro e fogo pela desigualdade irrefreável entre as classes sociais. Muitos ainda irão morrer. Muitos ainda estão expostos a todo tipo de risco em função da precariedade das condições de trabalho que enfrentam. Poucos podem comprar caixas e caixas de álcool em gel e viver de *delivery*. Para um comer, muitos trabalham.

## Do potencial ao real

Nosso espaço geográfico, hoje em dia, conta com uma infinidade de bens culturais, artísticos, científicos e tecnológicos que jamais a humanidade pôde observar na história. O espaço geográfico brasileiro possui: 3.025 museus<sup>10</sup>; 2.098 salas de cinema; 1.229 teatros; 2.400 instituições de ensino superior<sup>11</sup> (sendo que destas, 88% são particulares); 300 mil restaurantes<sup>12</sup>; 452.801 médicos<sup>13</sup>; uma produção de alimentos que seria mais do que suficiente para atender o problema da fome<sup>14</sup> e 6 milhões de imóveis vazios<sup>15</sup>.

Estes dados nos mostram a geografia em potencial, ou seja, o potencial que o espaço geográfico apresenta para dar conta do atendimento das necessidades mais básicas de todos os seus habitantes. O espaço

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/estudo-revela-que-brasil-tem-mais-de-3-mil-museus/>. Último acesso: mar. 2020.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/brasil-instituicoes/>. Acesso: mar. 2020.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://blog.empresometro.com.br/10-estados-com-mais-restaurantes/>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://amb.org.br/wp-content/uploads/2018/03/DEMOGRAFIA-M%C3%89DICA.pdf>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/producao-de-alimentos-e-suficiente-para-resolver-a-fome-no-brasil/>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/07/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.htm>. Acesso: mar. 2020.

geográfico entendido em seu uso, em suas ações e influências perante a sociedade como um todo, englobando uma série de objetos geográficos e seus correspondentes sistemas de ações.

Todavia, a geografia real nos mostra que, no espaço geográfico brasileiro existem: 07 milhões de pessoas que passam fome e 30 milhões de subnutridos<sup>16</sup>; 6,9 milhões de família sem casa para morar<sup>17</sup>; 4.8 milhões de família sem terra<sup>18</sup>; a renda dos mais ricos é 33.8% maior que a média dos 50% mais pobres<sup>19</sup>; mais de 17 mil casos de violência contra moradores de rua<sup>20</sup>; a população negra é a principal vítima de homicídios no Brasil<sup>21</sup>; um aumento de mortes de 14% em decorrência de doenças provenientes da poluição atmosférica<sup>22</sup> e 11 milhões de analfabetos<sup>23</sup>.

Esses dados nos explicitam contradições perversas e anti-humanistas. Se o espaço geográfico brasileiro apresenta uma riqueza cultural, científica, tecnológica, alimentícia, habitacional etc. enorme, como

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/producao-de-alimentos-e-suficiente-para-resolver-a-fome-no-brasil/>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/07/brasil-tem-69-milhoes-de-familias-sem-casa-e-6-milhoes-de-imoveis-vazios-diz-urbanista.htm>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/16/nenhuma-familia-foi-assentada-no-brasil-em-2017-afirma-cpt/>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/10/16/desigualdade-aumentou-no-brasil-em-2018-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/17/brasil-registra-mais-de-17-mil-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-em-3-anos.ghtml>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ibge-populacao-negra-e-principal-vitima-de-homicidio-no-brasil/>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45500-mortes-devido-a-poluicao-aumentam-14-em-dez-anos-no-brasil>. Acesso em: mar. 2020.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-113-milhoes-de-analfabetos-23745356>. Acesso em: mar. 2020.

explicar a persistência da pobreza, fome, poluição, analfabetismo, famílias sem ter onde morar etc.?

A produção geográfica territorial que define o uso dos territórios se dá com base nos territórios da troca, pois é o capital quem, em última instância, exerce o controle social do espaço geográfico. Basta pensarmos em toda a potencialidade alimentícia, tecnológica, cultural e científica, por exemplo, que muitos espaços geográficos apresentam e que só estão disponíveis para aqueles que podem pagar por tais bens e serviços. Isto significa que o espaço geográfico é determinado, em última instância, pelas demandas do mercado e não pelas reais e autênticas necessidades humanas de se alimentar, instruir, morar etc.

O que é geografia em potencial se converte, na prática, em função dos imperativos mercadológicos, em geografia real da desigualdade e da barbárie. Aqueles que produzem a potencialidade geográfica em seus bens essenciais para a vida social, ou seja, a classe trabalhadora, não possuem uma igualdade substantiva para usufruírem das universidades, casas, hospitais etc. que construíram com o seu trabalho. O poder aquisitivo é um impeditivo para a enorme maioria dos indivíduos que vivem a geografia real e não as benesses das suas potencialidades.

## **Considerações Finais**

Nosso desafio histórico, para aqueles preocupados com o gênero humano em sua totalidade, continua sendo o fim da exploração, pois “trata-se de reestruturar a sociedade e dar uma outra função aos objetos geográficos concebidos com um fim capitalista, ao mesmo tempo em que os novos objetos espaciais já devem nascer com uma finalidade social” (SANTOS, 2004, p. 81-82).

Entretanto, se voltarmos à história, veremos que a classe trabalhadora sempre esteve exposta a todo tipo de intempéries e sofrimentos:

exploração, alagamentos, moradias de péssima qualidade, falta de saneamento básico, etc. Os professores de geografia realmente comprometidos com a disciplina a partir dos interesses do gênero humano e não os objetivos mercadológicos precisam, mais do que nunca, explicitar, com base no conhecimento científico, as estruturas, as dinâmicas e os processos que conformam a produção espacial e territorial do lucro e da pobreza. Não há uma produção geográfica para uns e outra para outros. Há uma só produção geográfica que reproduz a lógica do capital em detrimento da maioria dos indivíduos e dos territórios e em benefício da menor parcela da população mundial. Tarefa indispensável, portanto, é o estudo sério e permanente a respeito da origem e do funcionamento desta sociedade.

*O território da troca define o uso do território, ou seja, as demandas dominantes induzem a geografia que irá dominar. O controle social dos usos dos territórios é efetivado pelos grandes agentes econômicos e não pelos próprios trabalhadores. Vale a pena lembrar a fala do personagem Creonte da peça Antígona de Sófocles: “Entre os homens, nada há como o dinheiro para gerar os maus costumes. Ele devasta as cidades e expulsa os homens de seus lares. Corrompe até o coração dos bons e ensina-lhes práticas torpes. O dinheiro induz os homens ao crime e estia-lhes na alta toda sorte de impiedade”.*

## Referências

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 22<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

LESSA, S. O processo de produção-reprodução social; trabalho e sociabilidade. 1999. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999. Disponível em: [sergiolessa.com.br](http://sergiolessa.com.br) Último acesso: 04, mar. 2020.

MÉSZÁROS, I. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SANTOS, M. **O Dinheiro e o Território**. Transcrição da Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999, proferida em 15/3, p. 07-13.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed. São Paulo: EdUSP, p. 81-822004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SÓFOCLES. **Antígona**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.  
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>



ISBN 978-65-86943-65-8



9 786586 943658

 **editora**  
**UFMS**